

Derrubando muros: Migrações, políticas e lutas migrantes na América

Índice

- 03** Introdução
Marcelo Depieri, Carlos Mauricio Ferolla e José Seoane
- 06** Mapa dos principais fluxos migratórios na América Latina e no Caribe
- 07** Capitalismo e migrações
Ana Gabriela Salazar
- 13** A dupla face das políticas migratórias do Norte para o Sul Global
Laura Capote e Carlos Mauricio Ferolla
- 22** “Cruzar a fronteira e colocar uma calça”, mulheres migrantes na América Latina e no Caribe
Leticia Garziglia
- 32** Caravanas. Sobre as causas fundamentais da migração centro-americana
Adrienne Pine
- 39** Migração na América Latina e no Caribe: Haiti, Colômbia e Venezuela
Daymar Martes
- 46** Entrevista com Iber Mamani: “A luta contra o decreto de Macri aumentou a organização migrante”
Fernando Vicente Prieto
- 53** Considerações finais
*Observatório de Conjuntura da América Latina e do Caribe (OBSAL)
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*

Introdução

Por Marcelo Álvares de Lima Depieri¹, Carlos Mauricio Ferolla² e José Seoane³

A questão migratória é um dos problemas centrais que atravessam o continente americano e seus povos. Em particular nas últimas duas décadas, as dinâmicas migratórias tornaram-se mais complexas e intensificadas na região. Os países são transmissores, receptores e áreas de trânsito de fluxos de migrantes que são obrigados a se deslocar para territórios transfronteiriços para escapar das crises – social, econômica e/ou política – em busca de melhorar suas condições de vida. No entanto, as políticas anti-migratórias colocam essas vidas em risco, construindo a imagem dos migrantes como sujeitos “ilegais”, criminalizando-os e estigmatizando-os, transformando a crise migratória em uma crise humanitária em escala global.

Recentemente, a questão ganhou repercussão pública com o assassinato de 53 migrantes, encontrados mortos em um caminhão no Texas, Estados Unidos. Essa tragédia chamou a atenção da mídia por ter acontecido em território norte-americano, mas eventos com mortes de migrantes não são casos isolados. Todos os dias, pessoas de diferentes nacionalidades morrem como resultado das severas condições pelas quais passam para se deslocar de um país para outro. Morrem por afogamento, tentando atravessar rios profundos, ou, como no caso citado, sufocadas por causa do calor e da falta de hidratação em caminhões ou veículos ligados a grupos criminosos que fazem negócios com o contrabando de migrantes. A perda dessas vidas é resultado de uma dinâmica tanatológica do modo de produção capitalista e do endurecimento das políticas migratórias dos países que, ao mesmo tempo em que produzem milhares de refugiados nas fronteiras e cidades vizinhas, colocam em risco a vida de centenas de migrantes.

Neoliberalismo e migrações: a crise permanente

À medida que o modo de produção capitalista foi avançando, se incrementaram as restrições à mobilidade humana mundialmente. Pedidos de passaportes, vistos, autorizações de trabalho, controles biométricos, muros e a militarização das fronteiras têm aumentado. Após cada crise do sistema capitalista, especialmente desde a crise manifestada na década de 1970, as condições materiais de vida das populações do Sul Global se deterioraram e a desigualdade entre os chamados países “centrais” e países “periféricos” se aprofundou. Em consequência disso, as migrações forçadas têm aumentando e os Estados, sobretudo do Norte, têm dado especial atenção

¹ Pós-doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP e professor titular de Economia na UNIP. Integrante do OBSAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

² Estudante avançado, Lic. em Ciência Política – UNR. Integrante do OBSAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Militante da Frente Pátria Grande.

³ Pesquisador do GEAL (Grupo de Estudios sobre América Latina y el Caribe), IEALC, UBA. Integrante do OBSAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

ao controle dos fluxos migratórios. As políticas restritivas nesta área têm o objetivo de tornar os imigrantes uma força de trabalho precária, que atua para a redução do “custo” da mão de obra e o aumento dos lucros.

A crise do capitalismo financeiro, manifestada nos anos de 2007-2008, vem reduzindo o poder de ação dos Estados-nação na região. Os problemas econômicos se agravaram e as classes dominantes nacionais e o grande capital internacional impuseram seus projetos políticos – derrubando uma série de governos democraticamente eleitos na América Latina – e econômicos – continuando a privatização e mercantilização de bens e serviços básicos. Quem mais sofreu com esse avanço foram os excluídos: negros, indígenas, mulheres, camponeses, migrantes. Estes últimos chegam a novos países e têm que enfrentar o preconceito, a xenofobia e são transformados em bodes expiatórios para problemas econômicos e sociais.

Esta crise modificou as modalidades dos trânsitos migratórios Sul-Sul e Sul-Norte do continente e levou à criação de nova legislação, que ameaça a vida dos migrantes. Há mais de cinco anos, especialmente em alguns países da América do Sul, a política migratória estava orientada para uma agenda aberta, entendendo a migração como o direito das pessoas à mobilidade, com foco na perspectiva dos direitos humanos. A partir de 2015 e 2016, esse paradigma mudou e políticas restritivas foram implementadas, em sua maioria alinhadas à agenda anti-imigrante dos países do Norte Global.

Por que um caderno sobre migrações?

Nos relatórios de conjuntura realizados pelo Observatório de Conjuntura da América Latina e do Caribe (OBSAL), do Instituto Tricontinental, durante 2021 e o primeiro semestre de 2022, analisamos a crise migratória, exacerbada pelas consequências da pandemia da Covid-19. Entre as principais tendências das migrações latino-americanas e caribenhas encontramos a feminização das migrações e a maior presença de menores desacompanhados. Os maiores fluxos ocorrem nos postos fronteiriços mesoamericanos que se destinam à fronteira entre o México e os Estados Unidos e a região de Darién, fronteira entre Panamá e Colômbia. A agenda migratória dos países da região e as tensões, imposições e conflitos decorrentes das políticas intervencionistas dos Estados Unidos foram outros dois fatores enfatizados nas análises. Além disso, observamos os processos de resistência e lutas concretas dos migrantes, que são acionados como forma de contestação da lógica de segurança vigente.

Nesse sentido, a migração é uma das formas de expressão da dependência na América Latina e no Caribe. Seu estudo ajuda a compreender a realidade concreta da região, funcionando como instrumento de transformação e libertação dos povos latino-americanos. Assim, a questão migratória é um dos debates urgentes e necessários em Nuestra América, mas também assume uma dimensão global, que atravessa todos os continentes. Por isso, realizamos este segundo caderno da coleção Debates Estratégicos de Nuestra América, entre o Instituto Tricontinental e o Observatório Internacional de Migrações e Direitos Humanos – Argos, no qual buscamos analisar e refletir sobre a atualidade das diferentes formas das migrações, suas causas estruturais e conjunturais, os processos de organização e resistência migrante e as respostas dos Estados a essa questão.

Esta segunda edição está estruturada da seguinte forma: o primeiro texto é de Ana Gabriela Salazar, que investiga a relação entre capitalismo e migração. Nesse mesmo sentido, Laura Ca-

pote e Carlos Mauricio Ferolla, posteriormente, analisam as políticas anti-imigração dos países do Norte – particularmente da Europa e dos Estados Unidos – e como elas afetam os países do Sul Global e os povos que emigram à força. Como apontamos, uma das principais tendências dos processos migratórios contemporâneos, a feminização da migração é o tema desenvolvido no artigo de Leticia Garziglia, que também dá conta das novas abordagens nos estudos migratórios sob a perspectiva de gênero e interseccionalidade. Daymar Martes, por sua vez, analisa os principais fluxos migratórios que se dirigem ao norte e ao sul do continente americano. As migrações haitianas, colombianas e venezuelanas são colocadas sob a lupa, de forma crítica, reconhecendo suas principais causas e consequências.

O fenômeno das caravanas de migrantes, de grande repercussão política e midiática atualmente, é trabalhado por Adrienne Pine, que estabelece uma análise crítica da política imigratória estadunidense e suas consequências para os países do chamado “Triângulo do Norte” – El Salvador, Guatemala e Honduras. Ainda no texto de Pine são destacadas as formas de resistência organizada dos migrantes para enfrentar as políticas de segurança impostas pela Casa Branca. Por fim, na última seção, Fernando Vicente Pietro entrevista Iber Mamani, que fala sobre o processo de resistência e luta das comunidades migrantes que vivem na Argentina, sob o Decreto de Necessidade e Urgência 70/17 do governo de Mauricio Macri, bem como sobre o processo de organização no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Excluídos-MTE. Além disso, o caderno possui um mapa atualizado dos principais fluxos migratórios da América.

Mapa dos principais fluxos migratórios na América Latina e no Caribe



Capitalismo e migrações

Por Ana Gabriela Salazar⁴

As migrações são processos milenares e com raízes culturais. No entanto, é fundamental estabelecer uma relação com o capitalismo para compreender o fenômeno no contexto do mundo em que vivemos. Para abordar a questão da mobilidade humana, é preciso falar sobre o processo de industrialização e alienação do trabalho, que remonta há mais de três séculos. Em termos marxistas “é, então, [o trabalho alienado], o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (Marx, 2003, p. 117). Embora os dias da revolução industrial na Europa em que Marx escreveu já tenham passado, eles dão base à análise do modelo capitalista de hoje.

A naturalização do processo de acumulação de capital, de industrialização e tecnificação do sistema capitalista determina as relações sociais de produção, as condições materiais e espirituais de vida e os processos de dominação dos povos oprimidos, gerando suas riquezas. Tais níveis de industrialização foram alcançados graças aos recursos naturais e humanos dos países do Sul Global.

As condições de desequilíbrio do capitalismo do pós-guerra estão baseadas nas relações entre centro e periferia, que demarcam a reconfiguração e o aparecimento de um sistema global originado pela expansão mundial do capitalismo oligopolista tecno-industrial (Sunkel e Fuenzalida, 1978, p. 4). As relações dos países ditos subdesenvolvidos com os países centrais, inclusive na esfera interna, estão subordinadas aos interesses do capital transnacional, o que implica que essa nova forma se organize para além das fronteiras nacionais.

Vemos assim que, nessa nova etapa de organização, em que se dão os processos de internacionalização e transnacionalização dos mercados, também se reorganiza o sistema de dominação e as relações com os centros hegemônicos de poder. A desigualdade social, que existe como resultado do crescimento econômico e das mudanças nas sociedades, é caracterizada por um novo caráter da situação de dependência. Avançando para a contemporaneidade, devido à redução das políticas sociais e da preponderante privatização dos serviços, Glick Schiller destaca o seguinte sobre a agenda neoliberal:

Também tem sido um impulso implacável em direção à produção global por meio da eliminação da intervenção estatal em uma série de questões econômicas, de tarifas a direitos dos trabalhadores. Por último, o termo agenda neoliberal (...) é útil porque os projetos neoliberais são implementados no terreno e de forma diferenciada, dependendo não apenas de diferentes políticas nacionais, mas de histórias locais específicas, incluindo a da migração⁵.

⁴ Socióloga da Universidade Central da Venezuela. Pesquisadora de ARGOS, Observatorio Internacional de Migraciones y Derechos Humanos. Coordenadora de Sures, Estudio y Defensa en Derechos Humanos.

⁵ Tradução própria. Em seu trabalho, Glick Schiller disserta sobre as aproximações em estudos sobre a migração internacional em uma aposta por um enfoque metodológico que transcenda enfoques nacionais por um global.

O projeto neoliberal recodificou modelos de vida, padrões de consumo, formas de exploração de recursos, apropriação de bens, maximização de capital e geração de excedentes, na divisão internacional do trabalho, nas características do mercado de trabalho e até mesmo sobre as migrações.

Alguns dados sobre a migração internacional

Aprofundar as discussões conceituais sobre migração e migrantes não é o objetivo deste artigo. No entanto, consideramos pertinente fazer uma breve diferenciação sobre algumas categorias relacionadas com a mobilidade humana⁶. A migração internacional trata dos movimentos que envolvem uma mudança de país de residência em um determinado ano. Por outro lado, encontramos a mobilidade temporária, que reúne uma série de movimentos internacionais relacionados com o mercado de trabalho, entre os quais encontramos os trabalhadores transfronteiriços (realizando atividades diárias ou semanais); trabalhadores sazonais (por estações do ano); e outros tipos de trabalhadores temporários (trabalhadores itinerantes ou que viajam para o desenvolvimento de projetos). Nesse sentido, um par de fatores determinantes será o tempo de permanência e a intenção dessa pessoa de residir no país de destino.

Uma questão muito diferente trata do refúgio. Conforme estabelecido pela Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, é uma condição na qual uma pessoa, por medo de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, está fora do país de sua nacionalidade. As causas que afetam o pedido de proteção internacional demonstram o contraste entre um refugiado e um migrante internacional. Em 2000, o número de migrantes internacionais era de pouco mais de 173 milhões e cerca de 19,8 milhões de refugiados. Atualmente, estima-se que existam 281 milhões de migrantes internacionais, o equivalente a 3,6% da população mundial. Embora existam 26,4 milhões de refugiados no mundo, mais da metade tem menos de 18 anos⁷. Esses dados mostram que nas últimas décadas o número de migrantes e refugiados internacionais aumentou significativamente.

Desta forma, importa ter em conta o número de trabalhadores migrantes, correspondente a 169 milhões de pessoas para 2019, mais da metade de todos os migrantes internacionais do mundo. De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho, os trabalhadores migrantes internacionais representam 5% da força de trabalho; o que ajudaria a medir sua importância para a economia global. Tanto os países de destino quanto os países de origem se beneficiam do trabalho de milhões de migrantes, com aproximadamente 702 bilhões de dólares em remessas internacionais registradas em 2020⁸.

Embora este seja um breve olhar para as definições e números mais atualizados de dados disponíveis sobre migração e refúgio internacional, devemos alertar para os desafios em termos conceituais e metodológicos para medir estatisticamente os fluxos, processos e dinâmica da mobilidade humana. Esses desafios têm alcance global e são atravessados por diferenças na coleta

⁶ A Divisão de Estatística das Nações Unidas revisou as Recomendações sobre Estatísticas de Migração Internacional de 1998, para atualizar o quadro conceitual e a metodologia para medir os fluxos na matéria. Neste artigo utilizamos o Relatório Final para nos referirmos às dinâmicas e processos de mobilidade humana.

⁷ Dados da Organização Internacional para as Migrações e do escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

⁸ As cifras proporcionadas pela OIM no Informe sobre as Migrações no Mundo 2022 mostram uma diminuição em relação ao ano anterior nas remessas internacionais. Ainda que a diminuição tenha sido menor do que dizem ter estimado, deve-se destacar o impacto da pandemia da Covid-19.

de dados e informações, controle e gestão de fronteiras, permissões e restrições de mobilidade, bem como taxas de irregularidade e informalidade que podem afetar a magnitude dos fluxos e estimativas de indicadores econômico-financeiros.

Um processo de negação das responsabilidades históricas

Um olhar sobre a linha do tempo das grandes crises de refugiados registradas pelo ACNUR⁹ – das quais esta instância participou – é útil para tangibilizar a mão pouco invisível dos centros hegemônicos na dominação, exploração e conflitos nos territórios periféricos. Da mesma forma, é evidente que conflitos um pouco mais recentes, em países como Síria ou Líbia, são produto de guerras e crises geradas pela OTAN, com devastadores saldos de civis, especialmente os setores em condições de maior vulnerabilidade, resultando em grandes movimentos de pessoas com necessidade de proteção internacional, que chegaram às portas da União Europeia e dos Estados Unidos. A explicação para esse suposto paradoxo tem origem no final do século XV, com a chegada dos europeus ao continente americano e está nas relações assimétricas produzidas pelo padrão de dominação global do sistema capitalista. No entanto, a história de dominação dos povos da periferia pelas grandes potências não termina com a independência das nações latino-americanas.

Desta forma, encontramos outro suposto paradoxo nos pressupostos da ONU nesse tema: o reconhecimento de responsabilidades compartilhadas. Os instrumentos internacionais sobre migração tendem a falar de responsabilidades compartilhadas entre os Estados membros, enquanto os fatores estruturais que afetam a expulsão de contingentes de pessoas para países e territórios mais ricos são pouco mencionados. As responsabilidades históricas dos países dominantes raramente ou nunca são mencionadas. Gramsci propõe começar pelas relações de forças internacionais que têm a ver com as grandes potências, os agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos; com o desenvolvimento das forças produtivas, das forças políticas e, claro, das relações político-militares.

Encontramo-nos então com um processo de negação das responsabilidades históricas por parte das grandes potências, dos agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos, nas forças internacionais que repercutem na política interna, que demonstram não apenas os efeitos diretos do colonialismo. Eles também capturam as consequências do neocolonialismo econômico, sendo que hoje a maioria dessas nações periféricas são Estados independentes. No entanto, a negação também se reflete no que Žižek levanta sobre a questão da simpatia moral de certos grupos de esquerda na Europa¹⁰, na esteira da crise de 2016, quando refugiados da Síria vieram solicitar asilo. Apesar da questão moral, não há esse reconhecimento das condições históricas que deram origem às condições atuais do sistema capitalista. Em muitas ocasiões, os Estados que expulsam migrantes e refugiados foram vítimas dos antagonismos internos produzidos pelo capitalismo global.

⁹ ACNUR 50 anos com os refugiados. 50 momentos. Disponível em: <https://www.elmundo.es/sociedad/acnur/momentos.html> Consultado em 02 de julho de 2022.

¹⁰ Em 2016 Žižek concedeu uma entrevista para falar sobre seu livro *Refugees, Terror and Other Troubles with the Neighbors: Against the Double Blackmail*, na qual aborda as implicações da crise de refugiados na Europa, o fundamentalismo e as posições dos liberais de esquerda em contraposição com os populismos de direita.

Securitização ou incompatibilidade?

Poderíamos dizer que a construção social das ameaças, fruto de um processo que se intensificou nos últimos anos, pode dar conta do controle da subjetividade e da intersubjetividade, que se refere à produção de significados sociais, imaginários, memórias históricas e a perspectiva de conhecimento e de narrativas.

Se trata de um processo discursivo pelo qual um ator (1) afirma que um objeto de referência está existencialmente ameaçado, (2) reivindica o direito de tomar contramedidas extraordinárias para lidar com essa ameaça e (3) convencimento social de que está justificado um comportamento que quebre as regras para combater a ameaça.¹¹

Os elementos que poderiam ser resgatados dessa definição giram em torno da omissão do debate público sobre ameaças percebidas e procedimentos antidemocráticos, uma vez que a construção de narrativas e imaginários sobre segurança em diversos setores é construída como prioridade máxima. A migração é um desses setores. Alguém se pergunta: o que é que ameaça? Integração ou coesão social nos países e comunidades de destino, identidade nacional, capacidade do mercado interno de trabalho e funcionamento da segurança social (Huysmans, 2000: 752). A politização da migração desempenhou um papel fundamental nas campanhas eleitorais e políticas nos EUA, na União Europeia e no Reino Unido durante o Brexit, entre outros.

A securitização da migração baseia-se na incompatibilidade que existe no imaginário e nas narrativas fomentadas por setores da sociedade do país de acolhimento, destino ou receptor, que se concentra basicamente na defesa do modo de vida dos nativos, dos residentes. Bem poderíamos problematizar essa premissa, sob a lupa das relações de dominação e da correlação de forças entre os Estados. Por que o modelo de vida dos povos oprimidos não foi defendido com tanto zelo? As grandes potências, os centros hegemônicos, minaram o tecido social para aproveitar os recursos naturais, humanos, minerais e geográficos desses países. A verdadeira incompatibilidade está nas relações de dominação e opressão dos povos nas periferias, no Sul Global, que se enquadram na configuração do sistema mundial.

Para concluir

Fizemos um relato histórico não exaustivo da configuração do capitalismo, da relação entre os processos de industrialização e o trabalho; a correlação de forças no período do “pós-guerra” e como ela se torna nesta nova etapa, com processos de transnacionalização e formulação da agenda neoliberal. A reformulação do modelo capitalista e sua capacidade de mobilização também tem a ver com a geopolítica. Além do econômico, a saber: a provisão de paraísos fiscais, áreas de produção de bens e produtos onde há pouco ou nenhum tipo de regulamentação trabalhista, entre outros. Nos países da América Latina e em geral no Sul Global, são desempenhados os papéis de franquias e filiais de grandes empresas e conglomerados, acompanhados por um complexo sistema de financeirização, produção de conhecimento e inovação tecnológica.

¹¹ Este conceito alude à Escuela de Estudios sobre Seguridad de Copenhague, onde Ole Wæver, Barry Buzan e outros pesquisadores desenvolveram uma linha na qual delimitam a dilema entre aqueles que afirmam que as ameaças são objetivas e outros que sustentam que a segurança é subjetiva. Retirado de <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0091.xml?rskey=XXPF6P&result=1&q=securitization#firstMatch>

O capitalismo se adaptou e reconfigurou tanto vertical quanto horizontalmente devido à sua expansão e aprofundamento global. Transcendeu os limites da economia para se abrigar nas relações políticas, nas lutas pelo poder nos Estados-nação, tanto interna quanto externamente, na divisão internacional do trabalho e na organização da vida social, como força totalizadora em todas as esferas da vida.

Também percebemos as complexidades em torno da definição e medição dos processos de mobilidade humana. Ultimamente tem sido feito um esforço para dar validade e atualizar o arcabouço conceitual sobre essas categorias. Além das abordagens quantitativas necessárias, o desenvolvimento de políticas públicas e marcos regulatórios sobre migração, estrangeiros e mobilidade humana, o processo de pesquisa e análise torna-se muito mais complexo se não houver dados e informações empíricas. Adicionalmente, no decorrer do estudo sobre a mobilidade, encontramos uma série de tensões e inconsistências nos dados de fenômenos migratórios recentes que só podem responder à instrumentalização política da população migrante, como é o caso do processo migratório registrado na Venezuela nos últimos anos.

Procurou-se também captar uma série de argumentos que dão conta do processo de colonialismo e neocolonialismo econômico que esta nova etapa do capitalismo comporta e que tem um impacto direto em muitas das crises que geram grandes movimentos transfronteiriços. Essas novas formas de dominação foram reconfiguradas, encontrando espaços entre as visões, ideias e narrativas sobre migrantes e refugiados internacionais como uma questão altamente divisiva. Disso podemos concluir que os interesses geopolíticos dos grandes centros de poder reinventaram mecanismos para alcançar seus objetivos: intervencionismo, securitização da migração, construção social de ameaças, espoliação de recursos em países periféricos com base na inovação, tecnologia, finanças alertas de risco e a imposição de medidas coercitivas unilaterais. Por fim, a aposta trata de apreender uma realidade tão complexa quanto em transformação. A abordagem ou compreensão da migração não pode ser separada da análise histórica do capitalismo, muito menos pode ser separada das condições estruturais que permeiam a mobilidade humana e produzem crises que pontilham os territórios e sociedades do Norte Global.

Referências

Big Think [Canal de YouTube]. (4 de diciembre de 2016), *Slavoj Žižek vs. The World: Refugees, Conservatism and incompatibility*, Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=s5PigZz-SAJ0>

Cardoso, F. H; Faletto, E; (1976). *Dependencia y desarrollo en América Latina*. (11° ed.). México. Siglo XXI Editores.

Glick Schiller, N. (2009). *A Global perspective on Transnational Migration: Theorizing Migration without Methodological Nationalism*. Working Paper No. 67, University of Oxford, Recuperado de [https://www.compas.ox.ac.uk/wp-content/uploads/WP-2009-067-Schiller Methodological Nationalism Migration.pdf](https://www.compas.ox.ac.uk/wp-content/uploads/WP-2009-067-Schiller_Methodological_Nationalism_Migration.pdf) [consultado el 27 de junho 2022]

Gramsci, A. (1975) Análisis de las situaciones. Relaciones de fuerzas. Texto tomado de: *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado Moderno*. México, Juan Pablos Editores, p. 65-76.

Huysmans, J. (2000). The European Union and the Securitization of Migration. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 38, No. 5, p. 751-77.

ILO (2021), *Global Estimates on International Migrant Workers – Results and Methodology*, Third edition, International Labour Office – Geneva: ILO.

Marx, K. (2003) *Primer manuscrito, Manuscritos de economía y filosofía*, (Primera reimpression), Madrid, Alianza Editorial.

McAuliffe, M. y A. Triandafyllidou (eds.), (2021). *Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022*. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra.

Sunkel, O; Fuenzalida, E. (1978) Capitalismo transnacional y desarrollo nacional. Introducción. *Revista de Estudios Internacionales*, Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile. Santiago.

UN Expert Group (2021). *Migration Statistics. Final Report on Conceptual frameworks and Concepts and Definitions on International Migration*, recuperado de <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/migration-expert-group/task-forces/TF2-ConceptualFramework-Final.pdf> [consultado el 27 de junho 2022]

UN General Assembly (2018), *Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular*, A/RES/73/195, recuperado den <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/452/03/PDF/N1845203.pdf?OpenElement> [consultado em 27 de junho 2022]

UN General Assembly (1951), Convention Relating to the Status of Refugees, United Nations, *Treaty Series*, vol. 189, p. 137, recuperado de <https://www.refworld.org/docid/3be01b964.html> [consultado em 28 de junho 2022]

A dupla face das políticas migratórias do Norte para o Sul Global

Por Laura Capote¹² e Carlos Mauricio Ferolla¹³

A dinâmica migratória internacional é caracterizada por sua multidirecionalidade. Embora a mídia e algumas abordagens dominantes priorizem os deslocamentos que ocorrem dos países do Sul para os do Norte global, outros movimentos migratórios são de igual relevância para compreender a complexidade das migrações contemporâneas. Encontramos deslocamentos entre os países do Sul (Sul-Sul), entre os do Norte (Norte-Norte), do Norte para o Sul (Norte-Sul) e do Leste para o Oeste.

Neste artigo analisaremos as duas faces que as políticas do Norte Global têm em termos de migração e como elas impactam os países do Sul. Em primeiro lugar, abordaremos as desigualdades e assimetrias globais que prevalecem entre os países ditos “centrais” e os países “periféricos”; para, em seguida, analisar a duplicidade de critérios nas políticas e discursos migratórios dos países do Norte Global, em particular da União Europeia e dos Estados Unidos, em relação aos imigrantes dos países do Sul.

As relações desiguais entre Norte e Sul

Os movimentos migratórios que ocorrem dos países do Sul aos do Norte Global contêm um paradoxo importante, raramente trabalhado: os mesmos países que recebem os principais movimentos migratórios – regulares e irregulares – são os responsáveis pelas condições estruturais de dependência e crise permanente em que se encontram muitos países do Sul Global. Os países do Norte, considerados desenvolvidos, sustentam a assimetria de poder extraíndo conhecimento e riqueza dos países periféricos e explorando o trabalho precário dos imigrantes em suas economias. Os países europeus e os Estados Unidos são principalmente os destinatários e responsáveis pelos principais fluxos migratórios contemporâneos, vindos do Mediterrâneo, África, Balcãs, Ásia e América Latina e Caribe.

O processo de desigualdade global entre o Sul e o Norte gera dinâmicas de exclusão e opressão – de classe, gênero, raça e nacionalidade – que estão causando o deslocamento de milhares de pessoas em todo o mundo. Os dados mostram que o sistema capitalista aprofundou a desigualdade global nos últimos anos. O 1% mais rico da população mundial – principalmente nos Estados Unidos e, em menor grau, na Europa – tem mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões

¹² Jornalista. Integrante do OBSAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, e do Grupo de Pensamento Crítico Colombiano do IEALC – UBA.

¹³ Estudante avançado, Lic. em Ciência Política – UNR. Integrante do OBSAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Militante da Frente Pátria Grande.

de pessoas, segundo dados da OXFAM. 85% das pessoas mais pobres do mundo vivem no sul da Ásia e na África subsaariana, sendo a América Latina a região mais desigual. A pandemia do Covid-19 só aprofundou essas desigualdades entre Norte e Sul. Os mais ricos viram seus ganhos aumentarem – sua riqueza total é agora igual a 13,9% do PIB global – enquanto em 2021 os 40% mais pobres da humanidade sofreram o declínio mais acentuado na renda: caiu em média 6,7%. Isso gerou, em 2020, um aumento de 0,3% na desigualdade de renda entre economias emergentes e em desenvolvimento, segundo o índice Gini (OXFAM, 23/05/2022).

As consequências das desigualdades e o processo de empobrecimento e desapropriação sofrido pelos países do Sul Global colocam em risco a subsistência de suas populações. A crise de reprodução social – da vida e da natureza – gerada pelo capitalismo neoliberal produz as condições estruturais e circunstanciais da migração forçada. As potências imperialistas, que promovem essas políticas predatórias no Sul e obrigam milhares de pessoas a se deslocarem, são as que constroem um paradigma de segurança, de controle de fronteiras e criminalização de imigrantes. Harsha Walia (2021) chama de “imperialismo de fronteira” o processo pelo qual as pessoas deslocadas pelas políticas do Norte Global tornam-se “ilegais” diante da multiplicação de tecnologias que atuam como muro para a migração, incluindo restrições de vistos, detenção no mar, deportação, militarização das fronteiras, etc. Essa lógica imperial, ao mesmo tempo em que criminaliza os migrantes e restringe sua circulação, os inclui de forma subordinada no mercado de trabalho precário (Yerko Castro, 2021). Embora a lógica imperial de controle fronteiriço e migratório não se reduza apenas às políticas anti migratórias dos países europeus e da América do Norte, ela também remete a um paradigma que se impõe aos países do Sul, sobretudo em contextos de crise econômica, social e política.

Migração na Europa: duplo padrão e discriminação racial

Além da impossibilidade de viver em condições dignas em seus países de origem – devido à destruição e deterioração das condições de vida –, uma das principais razões dos fluxos migratórios no caso da África para a Europa é o desenvolvimento de conflitos armados que as potências da União Europeia provocaram em seus territórios. Foi o que aconteceu em 2015 com a guerra na Síria: mais de 900 mil refugiados que, tentando bater às portas dos países europeus, se viram com políticas imigratórias expulsivas e tratamento deficiente ou violador em termos de direitos humanos. Com algumas exceções, todo o continente fechou as portas para eles, apesar da circulação de imagens como a do corpo de Aylan Kurdi, um menino sírio de origem curda que se afogou nas praias da Turquia.

Com o início da guerra na Ucrânia, em março de 2022, quase dois milhões de cidadãos ucranianos se comprometeram a deixar o país e se viram em uma situação particularmente diferente: a abertura dos países europeus para receber essa migração massiva, com ênfase nas condições físicas daqueles que estavam se movendo. Desta forma, a guerra na Ucrânia permitiu ver como a chamada “comunidade internacional” e a “comunidade europeia” têm uma política de imigração de duplo padrão baseada na origem étnica e até na cor da pele de quem migra para os países europeus. Um exemplo óbvio disso foi a cobertura jornalística dos principais meios de comunicação do continente durante os primeiros dias da saída em massa de ucranianos do país.

No caso da rede NBC, sua correspondente na Polônia, Kelly Cobiella, afirmou em uma de suas reportagens que “não são refugiados da Síria, são refugiados da vizinha Ucrânia. Eles são cristãos, brancos, muito parecidos com as pessoas que vivem na Polônia” (Télam, 03/03/2022).

Da mesma forma, o jornal britânico *The Telegraph* publicou uma nota dizendo o seguinte sobre a migração ucraniana: “Eles são parecidos conosco. É isso que o torna tão impactante. A guerra não é mais algo que afeta populações empobrecidas e remotas. Pode acontecer com qualquer um.” O correspondente estrangeiro da CBS News, Charlie D’Agata afirmou que “a Ucrânia não é um lugar, com todo o respeito, como o Iraque ou o Afeganistão, que testemunham conflitos há décadas. Esta é uma cidade relativamente civilizada, relativamente europeia”. Da mesma maneira, o apresentador Peter Dobbie, da Al Jazeera, disse no ar que

o que é comovente é olhar para eles, a forma como estão vestidos. São pessoas prósperas de classe média. Não se trata de refugiados tentando escapar do Oriente Médio [...] ou Norte da África. Eles se parecem com qualquer família europeia que você moraria ao lado (Branco, 15/03/2022).

Mais do que uma questão de cor, a cobertura jornalística dava conta de uma realidade que efetivamente se apresentava nas diferentes fronteiras ucranianas, onde a passagem era viabilizada em função do fenótipo e da nacionalidade das pessoas, e não da situação em que eles estavam escapando. Inúmeras queixas foram apresentadas sobre este assunto, acompanhadas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 03/03/2022), em que foi indicada a aceitação de entrada nos países em função da cor da pele e da nacionalidade das pessoas (BBC, 01/03/2022) levando em conta que, além dos nativos ucranianos, numerosos trabalhadores migrantes também procuraram fugir da guerra.

Esta realidade contrasta com o massacre de Melilla, ocorrido em junho na fronteira entre Marrocos e Espanha. Lá, quase dois mil migrantes tentaram atravessar a fronteira e a polícia matou e se recusou a fornecer ajuda humanitária a mais de 37 migrantes, segundo várias ONGs. As imagens dos corpos empilhados foram apenas notícias menores para os principais meios de comunicação e a comunidade internacional não ficou chocada quando o presidente da Espanha, Pedro Sánchez, descreveu o problema como “bem resolvido” (Fuentes, 28/06/22).

Esta etapa é uma das mais movimentadas para os migrantes que pretendem ir do Norte da África para a Europa. As fronteiras entre estes dois países foram fechadas em 2020 e posteriormente, com a posição de Sánchez de não respeitar a posição das Nações Unidas no conflito saharai-marroquino e ao tomar partido de Marrocos, as relações entre os dois países tornaram-se mais estreitas, numa tática de aliança para os principais objetivos do Marrocos – na repressão contra o povo saharai – e da Espanha – em relação à sua posição no tema da migração. Desta forma, as forças marroquinas iniciaram uma caçada contra os migrantes que se dirigiam para a Espanha.

Atualmente, a política de migração da União Europeia (consubstanciada no Acordo de Schengen, que fornece um instrumento legal para que os países europeus tenham procedimentos comuns de fronteira) é supervisionada pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira – Frontex –, que durante os últimos cinco anos apresentou uma série de modificações que aprofundaram sua visão racista e aporofóbica, segundo o Observatório Internacional de Migrações e Direitos Humanos ARGOS:

De acordo com a rede Abolición de Frontex, estima-se que cerca de 45.000 pessoas tenham morrido entre 1993 e 2021 devido, direta ou indiretamente, às ações desta agência, bem como das forças de segurança associadas em cada país membro (...) em casos de pessoas afogadas no mar Mediterrâneo ou no mar Egeu devido a uma combinação de fatores como o uso de barcos inadequados, a recusa em fornecer apoio ou coordenar ações de resgate marítimo, ou os suicídios

que muitas pessoas cometem devido a situações desesperadoras em que se encontram envolvidos em decorrência de retornos em condições de alta vulnerabilidade e internação em centros de detenção (17/08/2021).

As potências européias estão interessadas no continente africano para extrair e explorar seus recursos naturais e negar a entrada em seus países de centenas de pessoas vítimas de suas próprias políticas coloniais. O duplo padrão torna-se evidente: por um lado, há a liberdade e a acumulação desenfreada de capital e, por outro, a proibição da livre circulação de seres humanos dos países do Sul.

Estados Unidos: a política (anti)migratoria como consenso bipartidarista

A duplicidade de critérios com que as diferentes administrações da Casa Branca trataram a agenda migratória se deve ao fato de que a política intervencionista dos Estados Unidos é responsável pela crise social e política dos países latino-caribenhos. No entanto, enfrenta este problema como vítima: culpa e criminaliza a população migrante e exige respostas contundentes de natureza repressiva de seus países de origem. Os imigrantes desempenham um papel fundamental no modelo econômico norte-americano: exercem pressão sobre o mercado e atuam como força de trabalho em áreas onde a mão de obra é precária e com baixos salários. As principais atuações do trabalho migrante estão relacionadas aos setores agrícola, de assistência, serviços e construção.

Durante as décadas de 1980 e 1990, milhares de migrações forçadas ocorreram devido aos conflitos sociais e políticos decorrentes da política de contra insurgência dos governos Ronald Reagan (1981-1989) e George Bush (1989-1993) sobre a América Central (Panamá, Granada, Nicarágua, El Salvador e Guatemala). O ataque permanente a Cuba e a intervenção no Haiti – que já dura mais de um século –, as transformações neoliberais – privatização e mercantilização de serviços básicos e bens comuns, desregulamentação financeira e flexibilização trabalhista – e as catástrofes naturais que atingem as populações da região são outras causas das migrações forçadas. Foi Bill Clinton (1993-2001) quem, em 1996, realizou uma importante reforma migratória que fortaleceu o controle fronteiriço, limitando o pedido de asilo, aumentando as sanções aos estrangeiros que estendessem sua permanência além do autorizado, aumentando consideravelmente o orçamento destinado a pessoal e tecnologia para patrulhar a fronteira e permitir deportações arbitrárias (Alzugaray, 2004 e García, 2010).

Junto com o avanço do processo de globalização e a imposição no Ocidente de políticas econômicas de livre mercado e de livre circulação de capitais, estabelece-se uma relação inversa, obstruindo a livre circulação de pessoas entre os países. Samir Amin chama esse processo de “natureza truncada do mercado mundial” (Domínguez Martín, 2019), ou seja, um mercado de bens e capitais em constante expansão, enquanto a migração internacional é controlada de perto. Com a investida da agenda neoliberal, a questão migratória tornou-se parte importante dos Acordos de Livre Comércio (TLCs) promovidos pelos Estados Unidos. O caso mexicano é paradigmático, pois em 1994, mesmo ano em que entra em vigência o Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México (NAFTA) estão sendo construídas as primeiras barreiras físicas na fronteira entre os EUA e o México, com o objetivo de impedir a passagem migratória irregular.

A queda da União Soviética (1989-1991) e o ataque às Torres Gêmeas (11 de setembro de 2001) são eventos decisivos para a reconfiguração da política externa norte-americana e do problema migratório (García, 2010). Após o 11 de setembro, a chamada “guerra ao terrorismo” tornou-se o eixo organizador da política internacional dos EUA e de seus aliados. A migração, e em particular os imigrantes irregulares, torna-se um problema de segurança nacional e o seu tratamento sob uma política de segurança e anti-imigração faz parte do consenso bipartidário entre democratas e republicanos. Durante o governo de George W. Bush (2001-2009), uma série de medidas destinadas a controlar estrangeiros classificados como terroristas foram sancionadas através do Patriot Act (USA Patriot Act – 26 de outubro de 2001). Outras, como a Lei de Proteção de Fronteiras, Antiterrorismo e Controle de Imigração Ilegal de 2005 e a Lei de Identificação Real de 2005, aprofundaram a criminalização de migrantes e buscaram sua disciplina. Essa política acompanhou o aumento do financiamento de armas para a fronteira sul com o México, cuja militarização se aprofundou em 2006. Nesse mesmo ano, Felipe Calderón declarou guerra ao narcotráfico e dois anos depois o presidente mexicano e seu par estadunidense firmaram o acordo de cooperação militar (Iniciativa Mérida –2008), que traria enormes consequências sociais para a população mexicana, especialmente rural e indígena, da militarização e da violência estrutural.

Tanto o combate ao terrorismo como o combate ao narcotráfico impostos pelos Estados Unidos aos países do continente – particularmente aos da região mesoamericana – causaram milhares de mortes e violações de direitos humanos. Em 2014, durante a presidência de Obama (2009-2017), o Governo do México implementou o Plano de Fronteira Sul, aprofundando a militarização¹⁴ para a Guatemala. Sob esse sistema, os migrantes sofreram muitas situações de perseguição, detenção e deportação (ARGOS, 09/04/2021). A continuidade do paradigma de segurança do governo Obama quebrou sua promessa de regularizar a situação de milhões de migrantes e uma política de imigração mais inclusiva. Pelo contrário, os vistos, muros, maior controle nas alfândegas e aumento do efetivo de tropas nas fronteiras foram algumas das medidas tomadas. O bloqueio do Congresso pelos republicanos impossibilitou o avanço na discussão da reforma migratória, o que levou o presidente a ter que aplicar medidas ineficazes. Dentre elas, destaca-se a Ação Diferida de Chegada Infantil-DACA. Este instrumento suspende temporariamente a deportação de alguns grupos de migrantes sem documentos que chegaram aos Estados Unidos, como crianças (menores de 15 anos) – os chamados sonhadores – e lhes dá o direito de solicitar autorização para trabalhar (Ensino, 2017). O governo Obama encerrou com números históricos de deportações, atingindo aproximadamente 2,8 bilhões de deportados, superando Bush, que deportou 2,2 bilhões de imigrantes.

A vitória eleitoral de Donald Trump (2017-2021) implicou uma radicalização do discurso de ódio de diferentes setores da sociedade americana em relação à população migrante, enquanto o novo presidente realizava uma política de imigração racial e xenófoba (Hines, 2019). A promessa da construção do muro fronteiro, a eliminação do DACA em 2017, a revogação do Estatuto de Proteção Temporária (TPS) de centro-americanos e haitianos, a redução do número de refugiados para 18 mil, a separação forçada de meninos e meninas de seus pais e a superlotação desumana nos centros de detenção de migrantes são algumas das políticas que seu governo adotou¹⁵. Além disso, terceirizou a proteção de asilo em outros países, como foi o

¹⁴ Com o Plano Fronteira Sul, o governo mexicano contratou equipes de segurança privada, vigilância por drones e câmeras instaladas em trens e sistemas de geolocalização para as fronteiras norte e sul do México (Argos, 09/04/2021).

¹⁵ Muitas das políticas foram promovidas por líderes do Partido Republicano em outros anos e foram endossadas durante sua administração pelo Supremo Tribunal, que era claramente de natureza conservadora.

caso do México por meio do programa “Permanecer no México” e em El Salvador, Guatemala e Honduras com o “Terceiro País Seguro”¹⁶. Outra das políticas desumanas do governo Trump foi o Título 42 (ainda em vigor), criado no início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, em que migrantes foram detidos e expulsos e os asilos foram suspensos por questões sanitárias.

A deterioração das condições de vida nos países do Sul como resultado dos efeitos da crise capitalista em sua fase neoliberal, aprofundada pelas consequências sanitárias, sociais e econômicas da pandemia, fez com que os fluxos migratórios não parassem, e as caravanas migrantes ganham cada vez mais visibilidade pública. A chegada à presidência de Joe Biden (2021) representou uma esperança de acabar com as políticas trumpistas, mas o continuum da lógica de segurança aplacou todas as expectativas. Embora tenha posto fim a programas como “Terceiro País Seguro” e “Permaneça no México” (esta política é novamente implementada no final de 2021) e tenha aumentado a cota anual para concessão de status de refugiado para 62.500 pessoas, deportações e prisões estão aumentando. De outubro de 2020 a setembro de 2021, mais de 1.700.000 prisões foram registradas pelas autoridades dos EUA. E de acordo com a Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP), foi relatada a presença de 209.906 migrantes na referida fronteira, atingindo um número histórico.

A principal política anti-imigração dos EUA é o Título 42 (ARGOS, 08/06/2021), em vigor com Biden e sustentado pelo judiciário norte-americano. Desde a sua criação, mais de um milhão de migrantes foram expulsos. Nos primeiros quatro meses deste ano, 386.434 pessoas foram expulsas por essa medida (Animal Político, 08/06/2022). O “trumpismo sem Trump” de Biden é complementado pela pressão exercida pela Casa Branca sobre os governos do México, Guatemala, Honduras e El Salvador para fortalecer o controle de suas fronteiras e ter uma política de “dissuasão” das caravanas de migrantes. A consequência disso é a militarização das fronteiras e a repressão de quem tenta atravessá-las, obrigando os migrantes a transitar de um país para outro de forma ilegal e com risco de vida¹⁷.

As tentativas fracassadas de construir uma agenda comum diante dos problemas migratórios entre EUA, México e os países do Triângulo Norte se devem ao fato de não serem abordadas as consequências estruturais que obrigam milhares de centro-americanos a migrar e os diagnósticos e soluções são impostas por sucessivas administrações estadunidenses sem considerar as realidades pelas quais os países da América Latina e Caribe estão passando, e sem afetar as consequências da interferência dos EUA na realidade interna desses países (Wilson, 2021). Aram Aharonian mostrou como a luta contra a corrupção – denunciada pelos EUA como a principal causa da migração – é outra forma de interferência dos EUA na região:

Agora os EUA vão combater a corrupção (obviamente não a sua), como antes usavam o destino manifesto como pretexto para interferências, a luta contra o comunismo, a guerra às drogas, o impulso para o progresso e desenvolvimento e a luta contra o terrorismo (06/07/2021).

Atualmente, os principais fluxos migratórios que ocorrem ao norte e ao sul do continente americano têm relação direta com a política imperialista estadunidense e as receitas neoliberais por ela impostas. As medidas coercitivas contra a Venezuela, Nicarágua e Cuba, bem como o

¹⁶ O programa “Permanecer no México” forçou os requerentes de asilo não mexicanos a esperar no México pelas datas dos tribunais dos EUA, e o “País Terceiro Seguro” permitiu que os migrantes que chegassem à fronteira sul dos EUA fossem deportados para El Salvador, Guatemala e Honduras.

¹⁷ Recentemente, vimos algumas consequências de duas tragédias. Uma delas é a de 9 de dezembro de 2021, quando 55 pessoas morreram e mais de cem ficaram feridas quando um trailer caiu em Chiapas, no México. E em 27 de junho, um evento semelhante se repetiu nos EUA, quando mais de cinquenta migrantes morreram em um caminhão no Texas.

financiamento de ONGs, meios de comunicação e partidos políticos para desestabilizar esses governos, a interferência e desestabilização permanente no Haiti e o apoio a governos corruptos – como os representados por Juan Orlando Hernandez em Honduras (2014-2022) e atualmente Giammatei na Guatemala – têm um impacto drástico em suas populações. Somam-se a isso as migrações produzidas pelos efeitos das políticas neoliberais no Equador e o neoliberalismo bélico promovido pelo uribismo na Colômbia. Por sua vez, as políticas de asilo e o Estatuto de Proteção Temporária são usados politicamente para beneficiar alguns migrantes em detrimento de outros, como é o caso da migração venezuelana ou, como é o caso atualmente, privilegiando a migração ucraniana sobre os milhares de centro-americanos e caribenhos que esperam nas áreas de fronteira.

Reflexões finais

Ao longo do artigo analisamos a relação entre as desigualdades globais, as consequências das políticas neoliberais e as migrações forçadas contemporâneas. Mostramos como a assimetria de poder entre os países do Norte e do Sul Global e as políticas imperialistas e coloniais dos primeiros sobre os segundos geram as condições de crise social, econômica, política e ambiental que obrigam milhões de pessoas a se deslocarem de uma fronteira para outra. Não o fazem em busca do sonho americano ou dos padrões de vida promovidos pela cultura globalizante dos países “centrais”, mas fugindo da permanente deterioração das condições de vida a que o capitalismo neoliberal os submete.

Atualmente, as consequências da guerra na Ucrânia – aumento do preço dos alimentos e da energia – e o boicote dos EUA à Rússia podem levar a uma possível recessão global, que juntamente com outros efeitos da crise capitalista, como a crise climática, ameaçam aprofundar o empobrecimento de grandes populações do Sul e projetar um crescimento sustentado e trágico da migração forçada. As lutas dos migrantes representam uma das batalhas fundamentais contra as políticas imperialistas e o capitalismo neoliberal que estão nos levando a uma crise de civilização sem precedentes. Projetar das lutas do nosso presente outro mundo possível, onde as fronteiras deixem de ser armas letais, é fundamental.

Referências

Aharonian, Aram (07/06/2021). *Biden: Injerencia, hipocresía, intervencionismo bajo la coartada del combate a la corrupción*. Disponível em: <https://www.surysur.net/biden-injerencia-hipocresia-intervencionismo-bajo-la-coartada-del-combate-a-la-corrupcion/> Acessado em: 26 de junho de 2022.

Animal Político (8/06/2022). A dos años de su aplicación en EU y sin fin próximo, el Título 42 acrecienta la crisis migratoria. *Animal político*. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/2022/06/titulo-42-dos-anos-eu-mexico-crisis-migrante/> Acessado em: 26 de junho de 2022.

ARGOS (09/04/2021). *De Centroamérica al Norte: la larga marcha bajo reflectores*. ARGOS observatorio internacional de migraciones y derechos humanos. Disponível em: <https://www.argosob.org/es/2021/04/de-centroamerica-al-norte-la-larga-marcha-bajo-reflectores/> Acessado em: 26 de junho de 2022.

ARGOS (08/06/2021). *Título 42: una amenaza que persiste contra migrantes que intentan ingresar a EE. UU.* ARGOS observatorio internacional de migraciones y derechos humanos. Disponível em: <https://www.argosob.org/es/2021/06/titulo-42-amenaza-persiste-contra-> Acessado em: 26 de junho de 2022.

ARGOS (17/08/2021). *Frontex y las violaciones a los derechos humanos de los migrantes*. ARGOS observatorio internacional de migraciones y derechos humanos. Disponível em: <https://www.argosob.org/es/2021/08/frontex-y-las-violaciones-a-los-derechos-humanos-de-los-migrantes/>

Alzugaray, Carlos (2004). De Bush a Bush: balance y perspectivas de la política externa de los Estados Unidos hacia Cuba y el Gran Caribe. En *América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. 203-244 p. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101030024921/11alzugaray.pdf>

BBC (01/03/2022). Invasión rusa a Ucrania: las denuncias de discriminación hacia estudiantes africanos e indios que quieren huir de Ucrania. *BBC News*. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-60563744> Acessado em: 26 de junho de 2022.

Domínguez-Martín, Rafael (2019). Samir Amin (1931-2018) y el desarrollo desigual. *Iberoamerican Journal of Development Studies*. 230-254 p. Disponível em: <http://ried.unizar.es/index.php/revista/article/viewFile/472/pdf>

Ensino, Ana Lia (2017). Acciones ejecutivas y deportaciones durante las administraciones de Barack Obama: dos caras de su fracaso en materia migratoria. Sección Departamento América del Norte. Publicación electrónica del IRI de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/99357/Documento_completo.pdf?sequence=1

Fuentes, Luis M. (27/06/2022). *El Independiente*. Disponível em: <https://www.elindependiente.com/opinion/2022/06/27/muertos-bien-resueltos-en-melilla/> Acessado em: 26 de junho de 2022.

García, Lila (2010). La política migratoria estadounidense post 9/11: proyecciones y el poder excedente. *Cuadernos de Política Exterior*, 1-33. CERIR-UNR : Rosario. ISSN: 0326-7806. Disponível em:

https://www.academia.edu/2703667/La_pol%C3%ADtica_migratoria_estadounidense_post_9_11_proyecciones_y_el_poder_excedente

Hines, Barbara (2019). Las políticas migratorias de Donald Trump. *Nueva sociedad*, N° 284, noviembre-diciembre 2019. Disponible em: <https://nuso.org/articulo/las-politicas-migratorias-de-donald-trump/>

Organización Internacional para las Migraciones (03/03/2022). *Discrimination and Racism Against Third Country Nationals Fleeing Ukraine Must End: IOM Director General*. Disponible em: <https://www.iom.int/news/discrimination-and-racism-against-third-country-nationals-fleeing-ukraine-must-end-iom-director-general> Acessado em: 26 de junho de 2022.

OXFAM (2022). *Beneficiarse del sufrimiento*. OXFAM. Disponible em: <https://www.oxfam.org/es/informes/beneficiarse-del-sufrimiento> Acessado em: 26 de junho de 2022.

Revelli, Hervé (2003). El cementerio sin cruces de la frontera Sur. *Le Monde Diplomatique*. Disponible em: <https://www.eldiplo.org/049-la-batalla-de-la-educacion/el-cementerio-sin-cruces-de-la-frontera-sur/> Acessado em: 26 de junho de 2022.

Telam, (03/03/2022). Denuncian casos de discriminación y racismo hacia migrantes que intentan huir de Ucrania. *Telam*. Disponible em: <https://www.telam.com.ar/notas/202203/585202-oim-discriminacion-racismo-migrantes-ucrania.html> Acessado em: 26 de junho de 2022.

Walia, Harsha (2021). *Border and Rule: Global Migration, Capitalism, and the Rise of Racist Nationalism*. Chicago: Haymarket Books.

White, Nadine (15/03/2022). El sesgo racial en la cobertura de los medios occidentales sobre Ucrania es vergonzoso. *Independent en español*. Disponible em: <https://www.independientespanol.com/opinion/rusia-ucrania-racismo-guerra-prejuicios-b2036645.html> Acessado em: 26 de junho de 2022.

Wilson, David (2021). Hey VP Harris, Here Is a Progressive Way to Address the Root Causes of Migration. *Truthout*. Disponible em: <https://truthout.org/articles/hey-kamala-here-is-a-progressive-way-to-address-the-root-causes-of-migration/> Acessado em: 26 de junho de 2022.

Yerco Castro, Neira (2021). Trabajo precario. En Ireri Ceja; Soledad Alvarez Velasco & Ulla D. Berg (coord.), *Migración* (99-105 p). Buenos Aires: CLACSO.

“Cruzar a fronteira e botar uma calça” – mulheres migrantes na América Latina e no Caribe.

Por Leticia Garziglia¹⁸

A situação da população migrante no contexto do subcontinente possui peculiaridades diversas em função de distintos fatores: país de origem e de destino, classe social, motivações para migrar, condição da documentação, redes de apoio e contenção, idade, racionalização e gênero, entre outras.

Este artigo analisa como a questão do gênero afeta os migrantes e quais são os impactos que as mulheres migrantes sofrem pelo simples fato de serem mulheres¹⁹. Os principais objetivos do texto são:

1. mostrar a necessidade de ter uma perspectiva de gênero ao estudar fenômenos migratórios,
2. expor alguns dados que mostram a situação de desigualdade específica que afeta as mulheres migrantes da América Latina e do Caribe,
3. recuperar experiências de organização e resistência de mulheres migrantes na região.

¹⁸ Licenciada em Cs. da Comunicação Social, UBA. Integrante do OBSAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

¹⁹ Note-se que consideramos que para uma análise das migrações com uma perspectiva de gênero e diversidade é preciso estudar as singularidades de todas as identidades de gênero que ocupam posições subordinadas ou desigualdade em relação a homens cisgêneros (mulheres cis, mulheres e homens trans, identidades não-binárias ou outros) para ao migrar, levando em conta a violência sofrida por pessoas que não são heterossexuais. No entanto, não seria apropriado analisar todas as outras identidades a partir do mesmo quadro que as mulheres cisgênero, porque exigem outras categorias, outras abordagens e outros problemas, muito heterogêneos, dependendo de todos os fatores mencionados no parágrafo anterior. É por isso que neste artigo vamos nos concentrar apenas em abordar alguns aspectos relacionados às mulheres migrantes cisgênero. Por outro lado, vale ressaltar que em muitos casos a dificuldade de expressar uma orientação sexual ou identidade de gênero pode ser uma motivação para migrar, o que também gera desigualdades e violências. O sistema cisheteropatriarcal deve ser analisado como agravante da violência sofrida por migrantes, inclusive no caso de homens migrantes cisgêneros. Existem estudos específicos sobre os chamados Migração LGBTI+, um tipo de migração motivada pela não aceitação na sociedade de origem das diversidades sexogenéricas.

Primeira parte: Por que introduzir a perspectiva de gênero quando falamos de migração?

Segundo Ana Inés Mallimaci (2011), os estudos sobre migração, de maneira geral, deixaram invisíveis as trajetórias migratórias das mulheres ou reduziram sua participação ao papel de acompanhantes, que dependiam das decisões do sujeito migrante masculino de sua família. Isso implicou sua invisibilidade como sujeitas migrantes e a invisibilidade dos problemas específicos que as afetam por serem mulheres e migrantes (violência, falta de acesso a direitos por falta de documentação ou ignorância da língua, entre outros).

Além disso, essas perspectivas tradicionais estudam as motivações migratórias de todo um grupo, levando em conta as principais motivações dos homens, esquecendo o papel que os mandatos de gênero desempenham na migração e vice-versa. Por fim, desconhecem a existência de mulheres que migram de forma autônoma e o lugar central que ocupam quando o fazem no ambiente familiar.

Por tudo isso, e também pelo número crescente de mulheres migrantes assumindo papéis de protagonismo, a partir da década de 1990, a pesquisa acadêmica, em estudos de migração, começa a adotar uma abordagem de gênero.

A [Recomendación general No. 26](#) sobre as trabalhadoras migrantes da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), no parágrafo 5, reafirma a necessidade de ter essa perspectiva ao afirmar que a situação das mulheres migrantes apresenta diferentes particularidades que exigem “examinar a migração de mulheres na perspectiva da desigualdade de gênero” não apenas para análise, mas também para “desenvolvimento de políticas de combate à discriminação, exploração e abuso”.

Vale a pena elencar alguns aspectos dos processos migratórios em que a influência do gênero pode ser observada (OIM, 2014). Em primeiro lugar, as motivações para migrar, segundo Carolina Rosas (2010), estão condicionadas a vários níveis:

- Macroestrutural: relacionado à privação de direitos e oportunidades, além de desigualdades de gênero no mercado de trabalho do país de origem, juntamente com as expectativas de inserção no destino, que na maioria dos casos se dá no trabalho doméstico e de cuidado. Nesse sentido, a pauperização da vida foi potencializada devido às políticas neoliberais de muitos governos na América Latina e no Caribe.
- Familiar: às vezes, a mulher é a “selecionada” pela família para migrar com a confiança de que ela, mais do que o homem, priorizará o interesse familiar sobre seu próprio interesse ao enviar dinheiro.
- Individual: fuga de contextos familiares opressivos, violentos ou discriminatórios.

Além das motivações migratórias, as abordagens de gênero colocam a lupa em outros aspectos. Brígida Baeza, doutora em Antropologia, pesquisadora do Conicet em estudos de migração, em entrevista realizada para a elaboração deste artigo, afirmou:

Ver o que as mulheres migrantes estão fazendo exige outro tipo de caminho de nossa parte. No início me debrucei sobre o mercado de trabalho e o que chamou a atenção no caso de quem vem da Bolívia são homens trabalhando em canteiros de obras. Mas as mulheres também estão trabalhando. E para “encontrá-las” temos que ir às feiras, ao trabalho informal, ao comércio ambulante. Para outros lugares que não são facilmente visíveis.

Em terceiro lugar, a perspectiva de gênero nos permitiu começar a investigar a violência específica sofrida pelas mulheres migrantes, por serem mulheres e por serem migrantes.

A mencionada recomendação da CEDAW explicita os diferentes tipos de violência que as mulheres podem sofrer no processo de trânsito migratório e nos países de origem e de destino. Em trânsito,

...aquelas que viajam acompanhadas por um agente ou escolta podem ser abandonadas se o agente encontrar um problema. As mulheres também são vulneráveis a abusos sexuais e físicos nas mãos de agentes e acompanhantes durante o trânsito pelos países de trânsito.

Nesse sentido, Rosas (2008) aponta que alguns trânsitos, pelo risco que implicam para os corpos das mulheres, desencorajam sua migração ou reforçam a ampliação da posição simbólica masculina e dos mandatos a ela associados. É o caso das passagens fronteiriças do México aos Estados Unidos, por onde passam caravanas de migrantes de toda a região.

Vemos então que os mandatos de gênero e as possibilidades concretas de violência e abuso estão inter-relacionados.

As políticas públicas e as redes de apoio social no destino são de particular importância quando se fala da violência de gênero sofrida por migrantes. Baeza destaca alguns problemas que agravam a situação da mulher pela falta de políticas públicas:

Muitas vezes a mulher não fala a língua local e quem primeiro aprendeu a falar para sair para trabalhar é o homem, que atua como tradutor. Ou seja, em uma situação de violência, muitas vezes elas não podem denunciar porque as instituições não têm intérpretes. Além disso, não têm as redes de apoio que uma mulher que não é migrante tem. Outras vezes acontece que elas se aproximam das instituições, mas o sistema é feito para um certo tipo de mulher que não é a mulher migrante, então prevalece a incompreensão e começa uma espécie de peregrinação que dificulta o acesso à proteção básica.

Além disso, eles encontram seu acesso aos serviços de saúde, especialmente saúde sexual e (não) reprodutiva, limitado (ONU Mulheres, 2013).

Para a pesquisadora, existem outros agravantes nos casos de violência física, que é a violência econômica e patrimonial ou a desigualdade, como, por exemplo, a emissão de documentação. A documentação do homem de família geralmente é processada primeiro para que ele possa sair para trabalhar. Isso resulta em mulheres mais desprotegidas quando se trata de transitar nas esferas pública e judicial, mas também na esfera econômica, pois dificulta o acesso a direitos, subsídios, ajudas sociais e econômicas que dão margem de autonomia. E isso dificulta também o acesso ao trabalho.

As condições de trabalho no destino constituem outro aspecto que é necessário investigar. As mulheres migrantes tendem a conseguir empregos com salários mais baixos e menos regulamentados do que os homens. O setor com maior inserção laboral é o do trabalho doméstico e de cuidados, e na maioria dos países de destino é o menos registrado.

Todas essas questões, de forma bastante resumida, demonstram a necessidade de que os estudos sobre migração adotem uma perspectiva de gênero.

Nesse sentido, já há algumas décadas, desenvolve-se uma série de conceitos que lançam luz sobre essas e outras questões que são produtos da intersecção entre gênero e migração.

A feminização da migração é a que mais ressoa quando se fala da perspectiva de gênero nos estudos de migração. Refere-se a mudanças quantitativas e qualitativas na migração internacional; trata-se de reconhecer uma tendência à feminização nos movimentos migratórios. No entanto, o aumento de mulheres que migram é pequeno e falar de feminização visa focar no fato de que cada vez mais mulheres migram de forma independente ou como principais provedoras de suas famílias (ONU Women, 2013), papel que antes era majoritariamente ocupado por homens. Embora esse conceito lance luz sobre uma mudança de paradigma em relação aos mandatos de gênero assumidos por muitas famílias migrantes, Mallimaci (2011) alerta para o risco de tornar as mulheres visíveis apenas quando suas ações assumem papéis tradicionalmente atribuídos aos homens, tornando invisíveis as ações das mulheres que migram em lugar de subordinação econômica ou no âmbito de outro projeto familiar.

Esse conceito permite observar as mudanças globais na demanda por força de trabalho das sociedades (IOM, 2014). A fase do capitalismo ligada ao desenvolvimento do setor de serviços, a desterritorialização da produção e a criação de zonas francas resultou em uma maior demanda por mão de obra barata e flexível, em setores como serviços e cuidados, tipicamente absorvidos por mulheres. É assim que “configura-se uma nova e sexualizada divisão internacional do trabalho que coloca as mulheres nas inserções laborais mais precárias e mal remuneradas, tornando as mulheres migrantes especialmente vulneráveis” (ONU Women, 2013).

O sistema capitalista internacional é sustentado pelo trabalho das populações migrantes e, ao mesmo tempo, os Estados nacionais dificultam cada vez mais a mobilidade desses trabalhadores (ONU Mulheres, 2013). Ao mesmo tempo, Sassen (2004) fala de uma feminização da força de trabalho que faz parte da economia informal e até ilegal (como as oficinas clandestinas), mas “utiliza a infraestrutura institucional da economia regular, revelando seu caráter constitutivo do sistema transnacional. Ele chama esses circuitos de “contra geografias da globalização”, e estão associados às dinâmicas da globalização que permitem iludir as formas tradicionais de controle. Há uma presença crescente de mulheres migrantes nessas atividades.

Esses conceitos revelam uma articulação global e desigual entre os países do Norte e do Sul global, no contexto do aumento da pobreza estrutural ocorrido nas últimas décadas.

Por este motivo o conceito de feminização das migrações pode ser útil para analisar os processos migratórios de mulheres do Sul para o Norte global e pode ajudar a compreender alguns fenômenos migratórios Sul-Sul, mas deve-se ter em mente que não é a priori aplicável a todos os casos.

Baeza também alerta a respeito:

Esse conceito não é para nos dar a ideia de que só agora as mulheres estão se movendo, mas trata-se de destacar as mulheres que estão assumindo papéis que historicamente foram cumpridos pelos homens, ao mesmo tempo em que conseguem continuar desempenhando tarefas de cuidado apesar das distâncias físicas.

E é assim que também é possível analisar as cadeias globais de cuidado, que mais uma vez evidenciam diferentes desigualdades, como as de gênero, classe, geração e entre países:

O modelo de organização social do cuidado típico dos países do Norte baseia-se na terceirização do trabalho doméstico e do cuidado. Isso implica um processo de mobilização trabalhista por meio de redes familiares e sociais, bem como mecanismos de mercado. Isso normalmente requer migração (ONU Mulheres, 2013).

Aparecem também a família transnacional e a maternidade transnacional, que desafiam os modelos hegemônicos de família e maternidade (Pombo, 2011). Além disso, questionam os Estados-nação, suas fronteiras e sua legislação moderna, muitas vezes revelando suas limitações quando se trata de abordar juridicamente casos de violência entre migrantes que estão em países diferentes:

As mulheres e suas famílias transnacionais são “desenquadradas” e privadas de instâncias de representação política em virtude do âmbito nacional dos sistemas de justiça estaduais. Não conseguem dar respostas às particularidades dos arranjos familiares com membros residentes em territórios que correspondem a mais de um Estado-nação (Sassen, 2004).

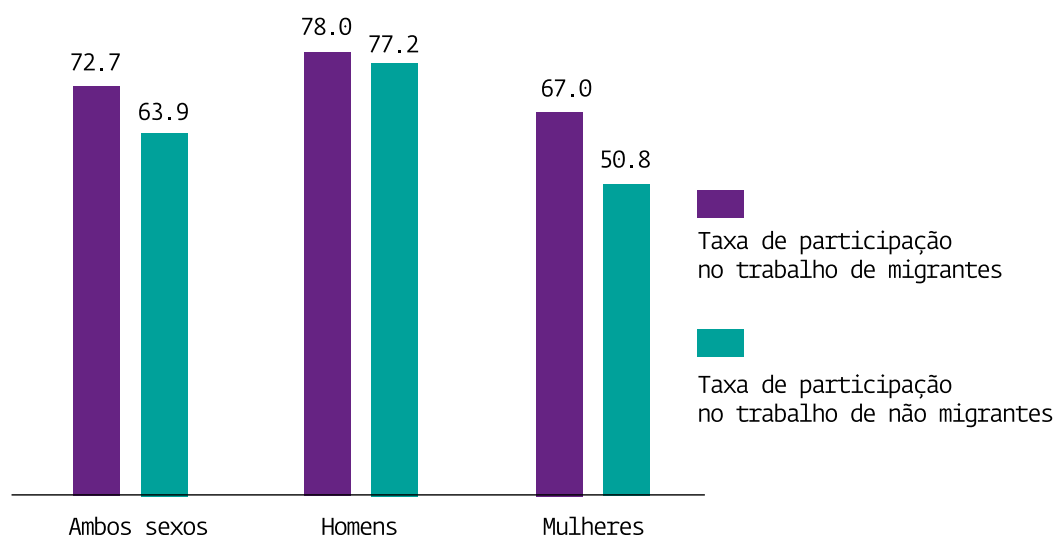
Por fim, Baeza destaca a importância do conceito de interseccionalidade que, embora não tenha sido criado para os estudos migratórios,

foca no seguinte: como explicamos que é mais difícil para uma mulher migrante do que para você ou para mim ir ao hospital, por exemplo? O que esse conceito faz é nos mostrar essa rede de dominações que não podemos ver de forma isolada; a intersecção de dominação que afeta uma mulher migrante é diferente daquela de outra mulher.

Segunda parte: alguns dados estatísticos²⁰

Globalmente, quase metade dos migrantes são mulheres (ONU, 2016). As mulheres migrantes têm uma maior taxa de participação no mercado de trabalho do que as não migrantes. Entre as mulheres com trabalho remunerado, a taxa de participação das migrantes é de 67% e das não migrantes, 50,8%. No caso dos homens, quase não há diferença entre a taxa de participação laboral de migrantes e não migrantes.

Gráfico 1 – Taxas globais de participação no trabalho de migrantes e não migrantes, por sexo, 2013



Fonte: *Estimativas mundiais da OIT sobre os trabalhadores e as trabalhadoras migrantes.*

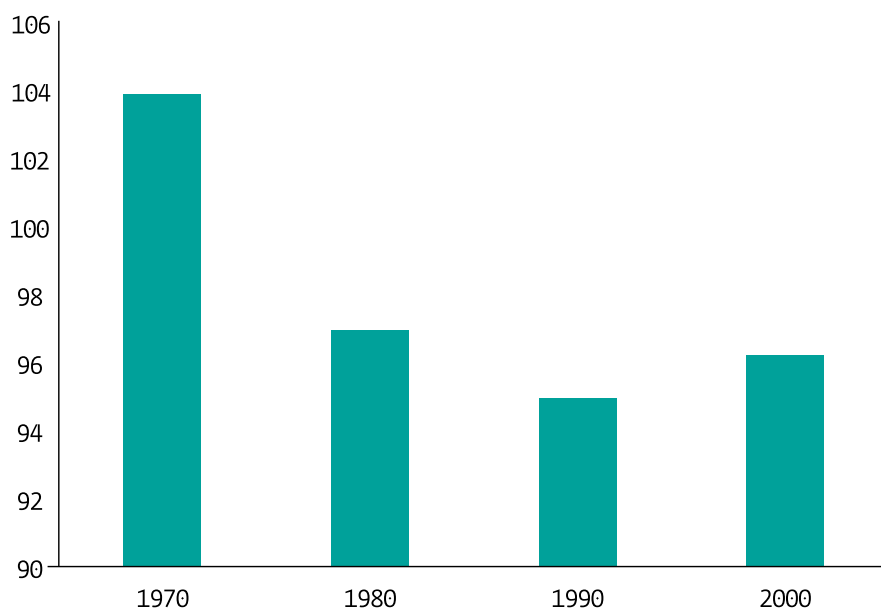
²⁰ A caracterização baseada em dados quantitativos é binária em termos de gênero, pois as estatísticas dividem a população em duas de acordo com a categoria “sexo”, homens e mulheres. Dessa forma, identidades trans e não binárias foram invisibilizadas nos dados por décadas. Isso, aos poucos, está começando a mudar. Na Argentina, no censo populacional realizado em 2022, foram utilizadas cinco categorias de gênero, o que permite visibilizar as especificidades e vulnerabilidades sofridas por pessoas trans e não binárias. No entanto, para que essas mudanças sejam refletidas nos relatórios globais, provavelmente teremos que esperar mais algumas décadas.

Por outro lado, é digno de nota o lugar que os trabalhadores domésticos migrantes ocupam na força de trabalho global. Quase um sexto dos que fazem trabalho doméstico remunerado são migrantes. E dessa parcela, as mulheres representam 73,4% (OIT, 2015). No entanto, apenas 22 países ratificaram a [Convenção da OIT sobre as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos](#) (nº 189), que protege seus direitos e reconhece as vulnerabilidades adicionais das mulheres nesses papéis.

Se nos aprofundarmos nos dados da América Latina e do Caribe, observamos que, além do aumento dos números absolutos da população migrante nos últimos anos, há o fenômeno da feminização (CEPAL, 2008). A taxa de migração masculina entre os países da América Latina e do Caribe vem diminuindo desde a década de 1970, e principalmente desde a década de 1990. A região tem a maior proporção de mulheres entre os migrantes internacionais para regiões consideradas “em desenvolvimento” (Zlotnik, 2003). Em contrapartida, no continente americano como um todo, a participação das mulheres vem diminuindo nas últimas décadas devido ao grande aumento da participação masculina no total de migrantes latino-americanos e caribenhos que vão para os Estados Unidos (Villa e Martínez, 2001).

De acordo com a CEPAL (2008), a predominância feminina no total de migrantes é verificada a partir de 1980, e na rodada censitária de 2000 o índice de imigrantes do sexo masculino é de 96,3 para cada cem migrantes do sexo feminino.

Gráfico 2 – América Latina e o Caribe: relação de masculinidade no total de migrantes, 1970-2000 (Homens por cada 100 mulheres)



Fonte: Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia (CELADE). Divisão de população da CEPAL, projeto de Investigação da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

Se observarmos a composição de gênero do total de migrantes por país, encontramos uma grande diversidade devido à forma como os mercados de trabalho dos países de origem e de destino se complementam.

No ano 2000, Guatemala, Argentina e Chile registraram a menor taxa de masculinidade entre os países receptores de imigrantes, principalmente devido à demanda de mulheres no setor de serviços, onde o setor doméstico ocupa um lugar de destaque. Por sua vez, República Domi-

nicana, Paraguai e Brasil registraram naquele ano uma predominância de imigrantes do sexo masculino, vinculado, entre outros fatores, à demanda por trabalhadores agrícolas. Considerando a emigração nos diferentes países do continente, as maiores participações femininas foram registradas na República Dominicana, Honduras e no Paraguai, enquanto no Haiti, Panamá e em Cuba houve predominância masculina.

A tendência de predominância feminina se confirma nos principais fluxos migratórios da região, que naquele ano foram o deslocamento de colombianos para a Venezuela (91,4 homens para cada 100 mulheres), de nicaraguenses para a Costa Rica (99,8 por 100), de colombianos ao Equador (89,2 por 100), de paraguaios à Argentina (78,7 por 100) e de peruanos ao Chile (66,5 por 100) (Martínez, 2003).

Tendo em conta a migração intrarregional e a emigração extrarregional, confirma-se então que existe um fenômeno de feminização quantitativa na região (Martínez, 2003 e 2004) que, como já referido, responde a transformações econômicas macroestruturais e também a mudanças relacionadas a mandatos e papéis de gênero.

Terceira parte: experiências e resistência

Esta última seção visa responder a algumas questões sobre as experiências de organização e resistência de migrantes, como os grupos de mulheres migrantes na região. Nesse sentido, para a análise escolhemos o coletivo #NiUnaMigranteMenos e uma de suas referências, Delia Colque²¹.

O coletivo #NiUnaMigranteMenos foi formado na Argentina em 2017, a partir do alerta gerado em grupos de migrantes pelo decreto 70/2017 do então presidente Mauricio Macri, que modificou aspectos da Lei nº 25.871 e violou o devido processo legal, o direito de defesa e o direito à unidade familiar dos migrantes no país. A iniciativa de se organizar diante dessa situação foi feita inicialmente por mulheres migrantes que já faziam parte de outros grupos. Eles assumiram o slogan #NiUnaMenos, relacionado à visibilidade da violência de gênero, com o objetivo de visibilizar a violência específica sofrida pelas mulheres migrantes por serem mulheres e por serem migrantes. Embora o decreto tenha sido revogado em 2021, Ni Una Migrante Menos continua se organizando contra a violência racista e sexista sofrida pelas mulheres migrantes.

Delia Colque tem sido uma de suas referências e vivenciou essa violência na própria carne. Por isso consideramos importante resgatar sua história e sua voz.

Delia deixou a Bolívia em 2005 fugindo da violência causada por seu pai, da qual ela e sua mãe foram vítimas. Deixou os estudos em Comunicação Social e emigrou sob a promessa de um tio para trabalhar como costureira em Buenos Aires, com um salário de 300 dólares por mês. Seu objetivo era enviar dinheiro para que sua mãe pudesse pagar o aluguel e sair de casa.

Ao cruzar a fronteira, descobriu que seriam 300 pesos argentinos, mas já estava na metade do caminho (geograficamente falando, mas também com tudo que já havia decidido deixar para trás e/ou levar consigo) e decidiu continuar. Ao chegar a Buenos Aires, ouviu parentes distantes se referirem a ela (e ao grupo de meninas com quem havia migrado) como “as novas escravas”. Logo, tiraram seu documento, não podia sair do local onde estava, e uma das mulheres foi abusada sexualmente. Ela trabalhou três meses de graça para pagar a passagem e depois continuou

²¹ Delia está neste momento de volta a seu país e nos autorizou a falar de seu caso e compartilhar suas falas.

trabalhando para enviar dinheiro. Ela trabalhava 18 horas por dia. Após vários anos de escravidão, ela conseguiu enviar algum dinheiro para sua família e sua mãe finalmente conseguiu sair de casa. Quinze anos depois, voltou ao seu país com a intenção de retomar seus estudos e projetos, sem deixar de tecer redes de mulheres contra a violência. Ela tem um filho que decidiu ficar com o pai na Argentina e continua cuidando dele à distância.

A frase que dá nome a este artigo, “Atravesse a fronteira e vista as calças”, sintetiza algumas das opressões vividas pelas mulheres bolivianas que migram para a Argentina. Mostra a especificidade das desigualdades sofridas por ser mulher e por ser migrante indígena. Foi pronunciada, a título de exemplo, por Brígida Baeza, na entrevista que realizamos com ela.

O caso de Delia materializa várias das vulnerabilidades que afetam as mulheres migrantes das quais falamos acima: a violência de gênero como motivação para migrar, uma mulher que assume um papel historicamente associado aos homens – como migrar sozinha – para enviar dinheiro, sua atual maternidade transnacional. Mas é também um claro exemplo de organização e resistência a essa violência racista e patriarcal.

Ela continua sendo uma migrante mesmo estando em seu país de origem: “Eles tratam você como se você não fosse daqui, como se você não pudesse dar sua opinião”, diz ela. Além disso, depois de quinze anos no exterior, se estabelecer novamente, conseguir uma casa, formar redes, família e apoio, é quase como uma pessoa que está chegando a um país pela primeira vez. “Não é fácil ser mulher, migrante e indígena.”

A importância da organização migrante

“É importante que saibamos que todos temos direitos lá [na Argentina]”, diz Delia. “Além do DNU, existe uma lei de migração que continua sendo um padrão mundial porque reconhece muitos direitos aos migrantes”, diz ela. Delia destaca a importância de se organizar como grupo migrante para conhecer e poder fazer valer os direitos em cada país onde as pessoas estão.

“Quando migramos, deixamos nossas famílias, nosso povo. Somos muito mais vulneráveis, o tempo todo eles nos fazem sentir que somos estranhos, que não temos direitos, embora os tenhamos. E a mesma coisa acontece quando você volta, se você foi embora”, diz.

Além disso, destaca que a organização entre as mulheres migrantes permite a geração de redes que podem salvá-las de círculos de violência. Círculos dos quais nunca é fácil sair, mas ainda mais difícil como migrante.

Como experiência de visibilização da comunidade migrante na Argentina, destaca-se a organização dos trabalhadores da terra em torno dos “hortaliças”, que vem sendo realizada há alguns anos no país. “Trata-se de mostrar todo o trabalho que é feito com a terra, mas também de conseguir um preço melhor. Grande parte dos alimentos, frutas, verduras e outros, é produzida por migrantes bolivianos”.

Referências:

CEPAL (2008). América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2535/S2008126_es.pdf. Acessado em: 2 de julho de 2022.

Mallimaci, Ana Inés (2011). *Migraciones y géneros. Formas de narrar los movimientos por parte de bolivianos/as en Argentina*. Estudios Feministas, Florianópolis, 19(3): 392, setembro-dezembro/2011.

_____ (2012). Revisitando la relación entre géneros y migraciones. Resultados de una investigación en *Argentina en mora*, N° 18. Buenos Aires: Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires (p. 25-32). Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/332/309>. Acessado em: 2 de julho de 2022.

Martínez, Jorge (2003). “El mapa migratorio de América Latina y el Caribe. Las mujeres y el género”, serie *Población y desarrollo*, N° 44 (LC/L.1974-P), Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: S.03.II.G.133.

Martínez, Jorge (2004). “Tendencias recientes de la migración internacional en América Latina y el Caribe”. *Estudios migratorios latinoamericanos*, año 18, N° 54, Buenos Aires: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA).

OIM (2014). *Las mujeres migrantes y la violencia de género. Aportes para la reflexión y la intervención*. Buenos Aires, Organización Internacional para las Migraciones (OIM) / Ministerio de Desarrollo Social del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/2018-07/Manual_OIM-digital.pdf. Acessado em: 2 de julho de 2022.

OIT (2015). *Estimaciones mundiales de la OIT sobre los trabajadores y las trabajadoras migrantes*. Organización Internacional del Trabajo. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_436339.pdf. Acessado em: 2 de julho de 2022.

ONU (2016). *Refugiados y migrantes. Informe del Secretario General*. Asamblea General de las Naciones Unidas, Organización de las Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10614.pdf>. Acessado em: 2 de julho de 2022.

ONU Mujeres (2013). *Género en marcha. Trabajando el nexo migración-desarrollo desde una perspectiva de género*. República Dominicana. Disponível em: https://trainingcentre.unwomen.org/RESOURCES_LIBRARY/Resources_Centre/Genero%20en%20marcha-Manualjan2015.pdf. Acessado em: 2 de julho de 2022.

Pombo, M. G. (2011). “A propósito de la intervención con familias transnacionales. O la intervención como frontera”. *Savia. Revista del Departamento de Trabajo Social de la Universidad de Sonora*, año 11, n° 10, año 2011. P. 11-19.

Rosas, C. (2008). *Varones al son de la migración. Migración internacional y masculinidades de Veracruz a Chicago*. México: Ed. El Colegio de México AC.

Rosas, C. (2010). *Implicaciones mutuas entre el género y la migración: mujeres y varones peruanos arribados a Buenos Aires entre 1990 y 2003*. Buenos Aires: Eudeba.

Sassen. S. (2004). *Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños.

Villa, M. y J. Martínez (2001), "Tendencias y patrones migratorios en las Américas", CEPAL, CELADE, OIM, BID, UNFPA (2001), *La migración internacional y el desarrollo en las Américas*, Simposio sobre migración internacional en las Américas. San José, Costa Rica, septiembre de 2000, Serie Seminarios y Conferencias N° 15 (LC/L.1632-P), Santiago de Chile. Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: S.01.II.G.170.

Złotnik, Hania (2003). *The global dimensions of female migration*. Migration Information Source. Disponible em: www.migrationinformation.org.

Caravanas. Sobre as causas fundamentais da migração centro-americana

Por Adrienne Pine²²

A vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, iniciou seu discurso na Cumbre de CEOs²³ em 8 de junho de 2022 em Los Angeles, Califórnia, desta forma:

Imaginem isto. Imaginem uma mulher em Honduras que vive em uma pequena cidade rural. Ela é mãe solteira. Tem dois filhos. Ela não tem educação formal e nunca teve um emprego estável. Faz algum outro trabalho aqui ou ali. Ela, muitas vezes, fica acordada à noite, preocupada se será capaz de colocar comida suficiente na mesa, imaginando se seus filhos serão capazes de quebrar o ciclo de pobreza que é muito comum onde ela mora.

Em seguida, imagine que uma empresa de bebidas anuncie novos investimentos no processamento de café em sua cidade natal, no oeste de Honduras. Imagine que a empresa lhe ofereça um emprego no cultivo desse café. Imagine que um programa de ajuda internacional ofereça a seus filhos almoço na escola, melhorando sua nutrição e saúde; que uma empresa financeira ajude ela a abrir uma conta bancária na forma de uma carteira digital. Vamos imaginar que agora ela tem algum dinheiro disponível, e que ela economiza, e começa a subir na escala econômica. E então, uma empresa de telecomunicações faz um investimento e conecta a cidade à Internet, e ela ganha acesso a novas informações e ferramentas online, que a ajudarão a vislumbrar um horizonte do que ela pode alcançar. E assim, ela começa a pensar em um empreendimento baseado na visão de si mesma e de sua comunidade.

Imaginem que a USAID lhe proporcione um subsídio para iniciar seu próprio negócio de ecoturismo e que ela receba crédito pela primeira vez, contrate funcionários, e seu negócio cresça e ela prospere.

Essa convincente visão do capitalismo feminista foi baseada na mensagem mais sucinta que Harris pronunciou aos centro-americanos que estavam considerando emigrar para os Estados Unidos, exatamente um ano antes, na Cidade da Guatemala, durante sua primeira viagem ao exterior como vice-presidente: “Não venham”. Seu discurso na Cumbre de CEOs também incluiu

²² Doutora em Antropologia (2004) e mestre em Demografia (1999) pela Universidade da Califórnia, Berkeley. Licenciada em Antropologia (1993) pela Universidade Brown, Providence, Rhode Island.

²³ A Cumbre de CEOs foi celebrada em paralelo à Cúpula das Américas e foi notadamente boicotada pelos presidentes de Honduras e do México (junto com dezenas de outros países latino-americanos e caribenhos) após a recusa do governo Biden em convidar Nicarágua, Cuba e Venezuela. Também foi boicotada pelos presidentes da Guatemala e de El Salvador por diferentes razões.

o anúncio de compromissos do setor privado no valor de US\$ 3,2 bilhões em investimentos, como parte da Estratégia de Causas Fundamentais do governo Biden para evitar a migração. Essa estratégia responde ostensivamente ao aumento significativo da migração do Triângulo Norte (Honduras, Guatemala e El Salvador), nos últimos quinze anos, para os Estados Unidos. Estas caravanas são organizadas desde 2018 por migrantes que tentam, desta forma, tornar a viagem menos mortífera. Harris e a Casa Branca identificaram as “causas fundamentais” dessa migração: “a corrupção, a violência e a pobreza; a falta de oportunidade econômica; a falta de adaptação e de resiliência climática; [e] a falta de um bom governo”. (HARRIS, 2021; ver também A Casa Branca, 2021).

O objetivo da Estratégia de Causas Fundamentais do governo Biden de prevenir a emigração por meio de investimentos capitalistas maciços no Triângulo Norte – que presumivelmente veria milhões de mulheres mestiças, negras e indígenas sem nome resgatadas das garras do machismo centro-americano pelas empresas de bebidas e telecomunicações e USAID – pretende contrastar com a exuberante xenofobia de Trump. “Não há mais crianças em gaiolas aqui!” (Não importa que a detenção de imigrantes em massa e a separação familiar tenham começado sob Obama/Biden, e continuam fortes como sempre.) Mas muitos líderes de movimentos sociais da América Central e analistas internacionais apontaram para a hipocrisia do governo dos EUA ao identificar como “causas fundamentais” questões que seriam descritas com muito mais precisão – em grande parte – como sintomas da política externa violenta e neoliberal dos EUA durante décadas (ver, por exemplo, Fernández, 2018; Almendares, 2022).

A “corrupção” e a falta da chamada “boa governança”, por exemplo, só fazem sentido como “causas fundamentais” da emigração se assumirmos que elas ocorrem dentro de sistemas nacionais democráticos soberanos que funcionam. Seu caráter “fundamental” é diminuído se reconhecermos que estamos falando de países ocupados militarmente lidando com legados ainda não resolvidos de guerras, genocídios e golpes de Estado apoiados pelos EUA ou como um eufemismo para as inúmeras formas de roubo de salários intrínsecas ao capitalismo.

Do mesmo modo, postular a “violência” como a causa fundamental da emigração é evitar qualquer conversa sobre as origens das formas cotidianas de violência a que a Sra. Harris está se referindo (o governo dos EUA raramente reconhece a violência política organizada por seus regimes aliados). Uma avaliação honesta da causa fundamental das práticas extorsivas mortais das gangues da América Central, por exemplo, apontaria para as origens dessas gangues nas deportações em massa de Los Angeles na década de 1990 de jovens refugiados de guerras patrocinadas pelos EUA no Triângulo Norte. O aumento das taxas de feminicídio e a dramática regressão das oportunidades e dos direitos das mulheres hondurenhas (tomando a anedota de Harris) foram consequência de um golpe apoiado pelos Estados Unidos que institucionalizou a misoginia em todas as esferas da vida. Com consequências mortais também em contextos privados.

A pobreza na América Central, da mesma forma, é o resultado direto de políticas impostas por organizações financeiras internacionais lideradas pelos EUA, em colaboração com elites locais, em nações já sobrecarregadas por dívidas herdadas de séculos de domínio colonial direto. Aos países do Triângulo Norte foi sistematicamente negada a soberania (através da contínua ocupação militar dos EUA e intervenção política) ou qualquer tipo de processo democrático que pudesse permitir que comunidades, famílias, cidadãos e cidadãs se protegessem contra o trabalho de exploração e empobrecimento. E para um funcionário americano falar de “falta de adaptação e resiliência climática” no exterior exige um nível especial de cinismo, quando Was-

hington (como a sede do império capitalista) é a principal causa das mudanças climáticas nestes últimos estágios do Capitaloceno. (ver Moore, 2017).

Apesar da mudança de retórica em relação à xenofobia mais descarada e a ênfase em muros para fronteiras dos anos Trump²⁴, o discurso e a prática do governo Biden sobre a migração da América Central são uma cópia quase exata da última grande intervenção de Obama sobre o assunto. Como vice-presidente do “Deportador-Chefe” Obama, Joe Biden se gabou de que sua chamada “Aliança para a Prosperidade” (aparentemente criada em resposta à “crise dos menores desacompanhados” de 2014) reproduziu o “sucesso” do Plano Colômbia (Biden, 2015; Main, 2015).

Os bilhões de dólares investidos através da Aliança para a Prosperidade em megaprojetos de desenvolvimento conseguiram principalmente deslocar os centro-americanos e centro-americanas do Triângulo Norte, destruir seu meio ambiente e fortalecer as forças de segurança do Estado que estavam encarregadas de reprimir brutalmente qualquer um que se opusesse a essa “aliança”. Escusado será dizer que não conseguiu reduzir a emigração. A jornalista Belén Fernández descreveu sucintamente o Plano Biden para a América Central (em sua versão original e atual) como um “inferno neoliberal militarizado” (Fernández, 2020).

De fato, ao identificar deliberadamente os sintomas do neoliberalismo militarizado como suas causas profundas, o governo Biden/Harris continua a justificar a intensificação do projeto imperialista capitalista dos Estados Unidos sob o pretexto de investimento filantrópico para o empoderamento de mestiços, negros e indígenas mulheres.

Os movimentos centro-americanos comprometidos com as lutas por justiça social também identificam como problemas, é claro, a desigualdade de gênero, o empobrecimento rural e a falta de acesso à educação. Mas vamos contrastar a análise de Kamala Harris sobre as raízes do empobrecimento da América Central encarnadas em uma mulher morena que espera para ser salva²⁵, com as palavras de 2015, de uma hondurenha indígena real, Berta Cáceres²⁶.

Acho que algo impressionante neste país é a injustiça econômica. Não entra na minha cabeça. Os direitos econômicos dos povos são inseparáveis do exercício da democracia. Para mim, o direito econômico é fundamental. E em Honduras essa lacuna, a desigualdade econômica, é muito séria. A outra é o acesso à justiça; o acesso à terra e aos territórios. Foi minimizado totalmente o gozo de uma vida plena, com dignidade, por parte dos povos. E isso ocorre no contexto de uma crescente militarização, a hondurenha e também a ocupação militar dos Estados Unidos, que não só traz cada vez mais bases para Honduras, mas também replica seu papel na década de 1980, mas ainda pior por causa da Colombianização [dos militares], porque eles nos posicionaram como um estado falido, como o México, para justificar ainda mais a intervenção e o assassinato de jovens neste país.

É muito difícil dizer qual é o pior lado. Mas a violação dos direitos humanos e o acesso nulo do povo hondurenho ao exercício do poder como soberano, porque a Constituição diz que o soberano é o povo, estão muito presentes. E quando as pessoas quiseram exercer esse poder; por exemplo, ao votar em eleições regulares tradicionais, eles derrubaram o governo em um golpe.

²⁴ Como especialistas em migração e analistas de fronteiras apontaram, o muro virtual de Biden é muito mais lucrativo e perigoso do que os esforços de Trump para construir uma barreira física entre os Estados Unidos e o México (de la Hoz, 2021; Miller, 2022).

²⁵ Ver Abu-Lughod (2002) para aprofundar a análise sobre este tema.

²⁶ Cáceres foi assassinada justamente um ano mais tarde por sua oposição a exatamente um dos megaprojetos que Harris promove hoje.

Parece-me que continuamos a ser um laboratório de crueldade para com os povos. E acho que vamos continuar assim por muito tempo e me parece que vai piorar. (Castellanos e Pine, 2020).

Quando os requerentes de asilo da América Central começaram a organizar caravanas em meados da década de 2010, foi no contexto de um número crescente de hondurenhos, guatemaltecos e salvadorenhos se arriscando numa perigosa jornada marcada a cada passo pela violência do capitalismo imperialista militarizado (McGuirk e Pine, 2020). Essas caravanas fornecem proteção não apenas contra o crime organizado, coiotes e terceirização militarizada de fronteiras (por exemplo, a Imigração e Alfândega dos EUA colaborando com os militares guatemaltecos no oeste da Guatemala para deportar violentamente imigrantes hondurenhos); eles também fornecem um espaço único para análise, mobilização e expressão política coletiva. Na primavera de 2018, a maior caravana da América Central até hoje estava se preparando para deixar Tapachula quando a notícia se espalhou massivamente na mídia dos EUA graças aos tweets do então presidente Donald Trump. Escreveu:

Honduras, México e muitos outros países, para os quais os Estados Unidos são muito generosos, enviam muitos de seus povos ao nosso país por meio de nossas FRACAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO. As caravanas se dirigem para cá. Devemos aprovar leis duras e construir o MURO. Os Democratas permitem fronteiras abertas, as drogas e o crime! (2 de abril de 2018 – 20:12:03 EST)

A grande Caravana do Povo de Honduras, que agora vem através do México e se dirige para nossa Fronteira de “Leis Fracas”, deveria ser detida antes de chegar lá. A vaca leiteira do NAFTA está em jogo, assim como a ajuda externa a Honduras e aos países que permitem que isso aconteça. O Congresso DEVE AGIR AGORA! (3 de abril de 2018 – 06:49:07 EST)

A caravana era composta por 1.200 centro-americanos, 80% dos quais hondurenhos que partiram após a repressão brutal do exército e da polícia hondurenha. Em resposta aos ataques racistas criminalizadores de Trump e aos contínuos argumentos racistas do “ciclo de pobreza” dos democratas e de vários atores da indústria de asilo, os membros da caravana organizaram um comício e uma conferência de imprensa para dar suas próprias razões para viajar. Eles declararam:

Somos um grupo de migrantes hondurenhos que emigraram de nosso país por falta de emprego e falta de segurança. O atual governo nos abandonou e nos deixou à deriva sem saúde, sem trabalho, sem educação e sem oportunidade de moradia digna ou oportunidades para crianças em nosso país. Desde novembro de 2017, quando as eleições em nosso país foram roubadas pelo atual governo de Juan Orlando Hernández e pelas forças armadas, as pessoas foram reprimidas, espancadas, humilhadas, mortas e presas. Mais tarde, devido à extrema insegurança que eclodiu em Honduras, fomos forçados a deixar nosso país e nossas famílias para buscar uma vida melhor longe do que é nossa Honduras. Queremos dar às nossas famílias uma vida digna e segura. O atual governo, do narcotraficante Juan Robando Hernández, chegou a comprar as forças armadas de Honduras com altos salários e casas em troca de reprimir e assassinar nosso povo. Como povo, exigimos a saída deste ladrão corrupto, Juan Robando Hernández²⁷.

²⁷ Transcrevi este discurso de um vídeo cedido por Arturo Viscarra. Os migrantes que o escreveram e o enviaram substituíram o nome do meio do então presidente, Orlando, pela palavra “roubar”. Também digno de nota é o fato de que esta declaração foi arquivada um ano e meio antes de o presidente Hernandez ser nomeado co-conspirador (CC-4) pelo Tribunal Distrital Sul de Nova York em seu caso de tráfico de drogas de seu irmão Tony, e quatro anos antes em que ele próprio foi extraditado para enfrentar acusações semelhantes no mesmo tribunal. Isso não surpreendeu ninguém em Honduras, onde o crescente controle do narcotráfico em todo o país pelos irmãos Hernandez era conhecido há mais de uma década.

Dezenas de grandes caravanas partiram de Tapachula desde a primavera de 2018, incluindo um número crescente de pessoas de fora da América Central. As pessoas que compõem essas caravanas são tratadas de maneiras notavelmente diferentes pelo governo dos EUA e pela imprensa corporativa, dependendo da política externa dos EUA em relação aos governos de seus países de origem e – é claro – de serem negros ou brancos (Pine, 2021a; Bonhomme, 2021). Os membros da caravana, como migrantes que viajam em grupos menores ou individualmente, enfrentaram a brutalidade do Título 42, a política Permanecer no México (Protocolos de Proteção ao Migrante ou M p, por suas siglas em inglês), a detenção de imigrantes e a separação familiar (Pine, 2021b; Greene, 2022).

De fato, o governo Biden deixou claro que os centro-americanos, em particular, merecem apenas compaixão e o “ecossistema de oportunidades” que o acompanha (Harris, 2022). É isso que o imperialismo capitalista lhes oferece se permanecerem na América Central. Como Harris declarou em sua viagem à Guatemala em junho de 2021: “Quero ser clara com as pessoas desta região que estão pensando em fazer essa viagem perigosa à fronteira EUA-México: não venham. Não venham. Os Estados Unidos continuarão a aplicar nossas leis e proteger nossa fronteira” (Harris e Giammattei, 2021).

Berta e outros nos alertaram que os danos do imperialismo capitalista militarizado não podem ser resolvidos com um imperialismo capitalista mais militarizado. Como ela, muitos homens e mulheres centro-americanos optam por permanecer na América Central e se organizar para lutar contra essa violência, apesar dos riscos, embora os militantes anticapitalistas e antiimperialistas centro-americanos sejam muito corajosos para aparecer nos discursos da vice-presidente.

Enquanto isso, a Aliança para Prosperidade e Estratégia das Causas Fundamentais de Biden provou ser tremendamente lucrativa para seus beneficiários corporativos, ao mesmo tempo em que empobrece e vulnerabiliza ainda mais as pessoas que estão sujeitas a elas. E enquanto o governo dos Estados Unidos continuar a aplicar políticas destinadas a negar-lhes sua soberania, não importa o quão severamente Kamala Harris os repreenda, os centro-americanos continuarão a chegar.

Referências

Abu-Lughod, Lila (2002). "Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others." *American Anthropologist* 104 (3): 783–90.

Almendares, Juan (2022). "La otra cara de la mentira sobre la migración y el hambre."

Biden, Joseph R. Jr. (2015). "Joe Biden: A Plan for Central America." *The New York Times*, January 29, 2015, sec. Opinión. <https://www.nytimes.com/2015/01/30/opinion/joe-biden-a-plan-for-central-america.html>.

Bonhomme, Edna (2021). "The Border Violence against Haitians Reflects US Racial Ideology." *Al Jazeera*, September 29, 2021. <https://www.aljazeera.com/opinions/2021/9/29/the-violence-against-haitians-reflects-us-racial-ideology>.

Castellanos, Asís, y Pine, Adrienne (2020). "Berta Cáceres in Her Own Words." *Toward Freedom*, July 29, 2020. <https://towardfreedom.org/story/berta-caceres-in-her-own-words/>. Spanish: <https://criterio.hn/berta-caceres-en-sus-propias-palabras/>

Fernández, Belén (2018). "The Inconvenient Truth about the US-Bound Migrant Caravan." October 27, 2018. <https://www.aljazeera.com/opinions/2018/10/27/the-inconvenient-truth-about-the-us-bound-migrant-caravan>.

____ (2020). "The Biden Plan for Central America: Militarised Neoliberal Hell." *Al Jazeera*, November 18, 2020. <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/11/18/the-biden-plan-for-central-america-militarised-neoliberal-hell>.

Greene, Shayna (2022). "Remain in Mexico' Policy Will Continue for Several Weeks, Mayorkas Says." *POLITICO*. July 3, 2022. <https://www.politico.com/news/2022/07/03/remain-mexico-policy-mayorkas-said-00043884>.

Harris, Kamala (2021). "Remarks by Vice President Harris at the Virtual Washington Conference on the Americas." The White House. May 4, 2021. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/05/04/remarks-by-vice-president-harris-at-the-virtual-washington-conference-on-the-americas/>.

____ (2022). "Remarks by Vice President Harris at the 'In Her Hands' Launch." The White House. June 7, 2022. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/06/07/remarks-by-vice-president-harris-at-the-in-her-hands-launch/>.

Harris, Kamala y Giammattei, Alejandro (2021). "REMARKS BY VICE PRESIDENT HARRIS AND PRESIDENT GIAMMATTEI OF GUATEMALA IN JOINT PRESS CONFERENCE." The White House. June 7, 2021. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/06/07/remarks-by-vice-president-harris-and-president-giammattei-of-guatemalain-joint-press-conference/>.

Hoz, Felipe de la (2021). "Why Biden's 'Virtual' Border Could Be Worse Than Trump's Wall." *The Nation*, January 22, 2021. <https://www.thenation.com/article/politics/biden-immigration-surveillance/>.

Main, Alexander (2015). "Will Biden's Billion Dollar Plan Help Central America?" *NACLA*, February. <https://nacla.org/news/2015/02/27/will-biden%27s-billion-dollar-plan-help-central-america>.

McGuirk, Siobhán, y Pine, Adrienne eds. (2020). *Asylum for Sale: Profit and Protest in the Migration Industry*. Oakland: PM Press.

Miller, Todd (2022). “Under Biden, the Border Wall Is More Powerful Than Ever.” *The Nation*, May 11, 2022. <https://www.thenation.com/article/world/biden-border-wall-surveillance/>.

Moore, Jason W. (2017). “The Capitalocene, Part I: On the Nature and Origins of Our Ecological Crisis.” *The Journal of Peasant Studies* 44 (3): 594–630. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>.

Pine, Adrienne (2021a). “Huyendo del Capitalismo.” *ARGOS*, June 17, 2021. <https://www.argosob.org/es/2021/06/huyendo-capitalismo/>.

_____ (2021b). “Death and Profit in U.S. Immigration Detention.” *Argos*. August 9, 2021. <https://www.argosob.org/2021/08/death-profit-us-immigration-detention/>.

The White House (2021). “FACT SHEET: Strategy to Address the Root Causes of Migration in Central America.” The White House. July 29, 2021. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/07/29/fact-sheet-strategy-to-address-the-root-causes-of-migration-in-central-america/>.

Migração na América Latina e no Caribe: Haiti, Colômbia e Venezuela

Por Daymar Martes²⁸

Introdução

Nas últimas décadas assistimos a um aumento dos fluxos migratórios na América Latina e no Caribe. Em 2022, o número de pessoas em situação de mobilidade humana na região chegou a 15 milhões, estando entre as principais causas migratórias: pobreza, violência, instabilidade política, insegurança alimentar, dificuldades econômicas e fenômenos ambientais (ONU, 2022). Dois novos fatores, que pouco vem sendo mencionados, se somaram recentemente a essas causas: a desestabilização das economias internas e as políticas de promoção migratória para determinados países por governos e organismos internacionais.

Neste texto apresentamos as características gerais de três padrões migratórios na região, Haiti, Colômbia e Venezuela, cujo tratamento na reportagem midiática foi diferenciado, uma vez que alguns dados históricos e de grande magnitude são invisibilizados e outros são exacerbados, por razões exclusivamente políticas e econômicas.

Migração haitiana

Os processos migratórios haitianos, antigos e novos, são marcados por violência política, desastres naturais, níveis profundos de pobreza e discriminação racial. Embora o Haiti tenha sido o primeiro país da América Latina e do Caribe a se tornar independente da Europa, sua população sofreu as consequências da colonização e do intervencionismo estrangeiro, que fizeram deste país o mais pobre da região e um dos com índices de desenvolvimento humano mais baixos do mundo (Ceja, 2015; Bernal, 2014).

Durante o século 19 e início do século 20 já existiam os movimentos populacionais provenientes do Haiti. Naqueles anos, os haitianos migravam como trabalhadores temporários para Cuba e República Dominicana para trabalhar nos enclaves açucareiros. Estima-se que entre 1913 e 1931, entre 30.000 e 40.000 haitianos migraram anualmente para o leste de Cuba. Com a queda da indústria açucareira, Estados Unidos, Canadá, França e as colônias francesas no Caribe tornaram-se os novos destinos migratórios (Ceja, 2015, p. 2).

²⁸ Antropóloga pela Universidade Central da Venezuela. Atualmente é pesquisadora e coordenadora da Organização Sures, espaço voltado para o estudo das medidas coercitivas unilaterais e o fenômeno da mobilidade humana na Venezuela. Pesquisadora do Argos. Observatório Internacional das Migrações. Foi editora de obras na área de Ciências Sociais no Editorial El perro y la rana.

A República Dominicana é um país que historicamente manteve uma posição de rejeição aos haitianos. Em 1937, o ditador Rafael Leónidas Trujillo ordenou a erradicação em massa da população de origem haitiana residente em território dominicano. Estima-se que entre 20.000 e 35.000 pessoas foram mortas no que ficou conhecido como o “Massacre de Perejil” (Bernal, 2014). Essa característica é mantida até hoje. Recordemos que há alguns meses começou a construção do polêmico muro de 160 quilômetros que separará os dois países, um projeto do atual presidente dominicano Luis Abinader que se propõe a “controlar” o crime e a migração irregular haitiana (France, 2022).

A partir da década de 1960, o fluxo migratório do território haitiano para outros países aumentou, processo que pode ser dividido em quatro períodos: o primeiro, entre 1965 e 1977, tinha como principal característica a ida de uma classe média profissional para trabalhar nos Estados Unidos. O segundo, entre 1978 e 1985, foi uma migração irregular que se espalhou para outros países. Foi o momento do crescimento das chamadas “vigas” e da incorporação dos camponeses e das classes baixas à migração. O terceiro, entre 1987 e 1992, caracteriza-se pela resposta norte-americana ao fenômeno, concedendo a legalização e a cidadania a quase três milhões de imigrantes nos Estados Unidos. A última fase migratória, e que continua até hoje, foi marcada pela consolidação dos processos anteriores: “comunidades da diáspora [haitiana] que se reforçam e estabilizam, mesmo quando as características de quem migra mudaram (de profissionais aos camponeses, dos jovens aos mais velhos)” (Saint Hubert in Bernal, 2014, p. 39).

Vale destacar que o terremoto de 12 de janeiro de 2010 provocou um novo êxodo de haitianos, estimado em dois milhões de exilados. Mais de duzentas mil pessoas morreram na tragédia, cerca de trezentas mil ficaram feridas e um milhão e meio foram forçadas a deslocamento interno (Bolton, 2011). Um ano após o terremoto, cerca de 810.000 pessoas ainda viviam em instalações improvisadas em Porto Príncipe e nas províncias (IOM, 2011).

Boa parte dessa nova onda migratória teve Brasil e Chile como principais destinos. Isso se deve, entre outras coisas, à dificuldade para se chegar aos EUA. Em agosto de 2020, a diáspora haitiana em território brasileiro era composta por mais de 143.000 migrantes, e cerca de 175.000 no Chile (Merola, 2022).

Os efeitos da pandemia nas economias latino-americanas e o aumento da desigualdade na região geraram novos movimentos migratórios. Em 2021, foi relatado um aumento no fluxo de mobilidade humana no Darién Gap, uma travessia irregular altamente perigosa que separa a Colômbia e o Panamá, por onde os migrantes haitianos embarcam em sua jornada para os Estados Unidos.

Seja do Brasil, do Chile ou do próprio Haiti, os haitianos seguem em direção à Colômbia, passando pelo Peru e Equador para finalmente chegar a Necoclí e de lá seguem para Acandí, pequena cidade na fronteira com o Panamá. Uma vez lá, eles entram na selva a pé (Cruz, 2021). É uma das rotas irregulares mais perigosas do mundo, e é uma jornada que pode levar de sete a dez dias para os migrantes, que enfrentam situações de alto risco, como ameaças naturais e violência de grupos criminosos que atuam no setor.

Deslocamento e migração na Colômbia

A Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição constatou que os sessenta anos de guerra na Colômbia deixaram 450.666 mortos entre 1986 e 2016, dos quais 90% pertenciam à população civil.

Por trás dos mais de mil massacres, milhões de deslocamentos forçados e exílios, dezenas de milhares de sequestros e torturas ou mais de 100 mil desaparecimentos, há histórias de pessoas, famílias e comunidades cujas experiências não têm lugar nas estatísticas de terror (Comissão, 2022).

Falar do fenômeno da mobilidade humana na Colômbia significa falar do deslocamento interno forçado, situação a que milhões de vítimas foram submetidas devido ao conflito armado entre redes e aparatos políticos e econômicos poderosos. O Cadastro Único de Vítimas (RUV) coloca o número de vítimas de deslocamento, para 31 de maio de 2022, em 8.273.562, crime que ocorre quando indivíduos ou grupos de indivíduos são forçados a sair pela força ou intimidação de sua residência ou local de trabalho habitual, em decorrência de ato praticado pelos atores do conflito armado, por violação dos direitos humanos ou infração do direito humanitário, ou para evitar os efeitos do conflito armado, desde que não tenham atravessado uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida (Comissão, 2022).

A Colômbia aparece como o país com maior número de deslocados no continente, seguida pelos países da América Central: México, Guatemala, Honduras e El Salvador, onde o fenômeno é agudo devido à presença de cartéis de drogas e gangues. Em nível global, em termos de deslocamento interno, a Colômbia é seguida pela Síria, República Democrática do Congo, Iêmen, Somália, Afeganistão, Nigéria, Sudão, Etiópia e Sudão do Sul, ou seja, países da África Subsaariana e Oriente Médio marcados por guerras civis e intervenções militares.

Este fenômeno teve conotações muito específicas sobre os grupos étnicos daquele país, como as comunidades afro-colombianas e indígenas. São essas populações que sofreram, junto com o campesinato, os efeitos da ruptura cultural e psicossocial produzida pelo processo de realocação e desterritorialização que a migração forçada causa. A prática desse crime responde a uma lógica de concentração da propriedade agrária e de controle territorial por latifundiários, grupos armados e traficantes organizados, bem como o desenvolvimento de megaprojetos, investimento em grandes obras de infraestrutura e exploração de recursos naturais pelo capital nacional e transnacional.

No quadro da longa guerra, a Colômbia também se caracterizou pelos fluxos migratórios, sendo Venezuela, Estados Unidos e Equador os principais países receptores. O território venezuelano tem funcionado como receptor de mão de obra qualificada, não qualificada e camponesa da Colômbia, principalmente em suas áreas de fronteira (Álvarez, 2004).

A migração colombiana que entrou na Venezuela, entre 1950 e 1990, aconteceu por motivos de trabalho e foi composta principalmente por adultos, que migraram individualmente, deixando suas famílias em seu país de origem. Enquanto, a partir de 1990, começou a se registrar uma mudança no perfil das correntes migratórias colombianas: a figura do refugiado colombiano surgiu devido ao agravamento do conflito armado interno e à implementação de programas bilaterais como o Plano Colômbia e de políticas governamentais como “segurança democrática”, do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez.

Mais recentemente, várias agências das Nações Unidas alertaram para o recrudescimento da violência em várias regiões do país, o que nos lembra os piores momentos do conflito armado. Ao contrário do que se esperava após a assinatura do Acordo de Paz, as populações de vários departamentos do país voltaram a ser assediadas por ameaças, assassinatos, massacres, deslocamentos e confinamentos em decorrência de disputas entre diversos grupos armados.

Dados do Indepaz revelam que, entre novembro de 2016 e novembro de 2021, um total de 250 mil pessoas foram vítimas de deslocamento forçado e 1.270 lideranças sociais e 299 signatários do Acordo foram vítimas de homicídio (Indepaz, 2021). É uma crise humanitária longa e sustentada que violou sistematicamente os direitos humanos de uma grande parte da população colombiana, que tenta ser invisível pelo establishment político, mesmo quando os números superam em muito os de outros movimentos populacionais registrados na região.

O caso da Venezuela

A tendência dominante nas pesquisas sobre migração venezuelana é caracterizar esse processo como uma “migração forçada” e como uma das maiores diásporas do mundo, resultado da deterioração das instituições democráticas, da violação sistemática dos direitos humanos e de uma crise humanitária induzida pelo governo nacional. Grosso modo, esses são os argumentos apresentados pela maioria dos “especialistas” e apoiados por atores internacionais com voz nas questões migratórias venezuelanas.

Ao analisar atentamente os trabalhos produzidos nos últimos anos, observa-se que boa parte deles se baseia em premissas e formulações altamente politizadas, denotando falta de rigor na definição dos termos e no uso dos dados. Da mesma forma, dessas análises é excluído um elemento de considerável importância para avançar em um balanço abrangente dos fatores que desencadearam o fluxo emigratório que se tem assistido nos últimos anos, como a política coercitiva dos Estados Unidos implementada em 2014 contra a economia e o sistema financeiro nacional venezuelano, resultando na perda de mais de 90% das receitas cambiais do país.

Visto dessa forma, pode-se afirmar que o fluxo emigratório de venezuelanos nos últimos anos é resultado da precariedade das condições de vida em função da interrupção abrupta da entrada de divisas no país, um processo de mobilidade humana inédito ao comportamento histórico do país, que sempre foi um receptor de grandes fluxos migratórios. Este fenômeno foi acompanhado por um discurso de marcado viés ideológico que, longe de contribuir para a compreensão das diversas causas que o originaram, tem sido instrumentalizado politicamente para atingir objetivos que pouco ou nada beneficiam esta população vulnerável (Argos, 2021).

É também um discurso político que invisibiliza outros processos de mobilidade humana que há décadas organizações multilaterais, organizações não governamentais e setores acadêmicos alertam, como a situação de deslocamento forçado de mais de oito milhões de colombianos e as caravanas de migrantes que transitam pelo chamado Triângulo do Norte para tentar chegar aos Estados Unidos.

Uma alta porcentagem da população emigrante venezuelana se estabeleceu em países da América Latina, sendo Colômbia, Peru e Equador os principais países de acolhimento hoje. São venezuelanos sem vínculo familiar com os países de destino migratório que se mobilizaram por diversos motivos, como a promoção do deslocamento internacional por parte de alguns governos sul-americanos no contexto de confrontos com o governo do presidente Nicolás Maduro.

É o caso do ex-presidente peruano Pedro Pablo Kuczynski, quando em 2017 ofereceu a autorização de residência temporária (PTP), salários legais, bem como acesso à saúde e educação aos imigrantes venezuelanos, mesmo quando na realidade tais serviços estavam em crise e o mercado de trabalho peruano não era capaz de absorver essa força de trabalho (Mora et al., 2020).

Essa migração também foi promovida por atores políticos venezuelanos no exílio, que apostaram na coleta e controle de recursos para prestar ajuda aos migrantes. São empresários que oferecem serviços relacionados ao deslocamento, bem como ao tráfico de pessoas, principalmente para prostituição e outras formas de exploração. Cabe destacar a participação de organizações não governamentais de direitos humanos na Venezuela e no exterior que captaram e controlaram recursos supostamente destinados a enfrentar a crise dos migrantes venezuelanos a partir de doações privadas (Mora et al., 2020).

A migração venezuelana revelou-se economicamente lucrativa para vários atores dentro e fora do país, mas também foi combinada com uma agenda política da oposição para avançar na estratégia norte-americana de “mudança de regime”. É essa instrumentalização política que explica a crítica situação humanitária enfrentada por uma boa porcentagem dessa população nos países andinos. O relatório mais recente da FAO indica que até julho de 2021, 64% da população migrante venezuelana na Colômbia enfrentava insegurança alimentar, incluindo 14% com insegurança grave, necessitando de assistência alimentar até 2022. Situação semelhante ocorre no Peru e Equador, onde 66% e 57% dos venezuelanos passam pela mesma situação humanitária (Sures, 2022).

Essas dificuldades levaram um grupo cada vez maior de migrantes venezuelanos a decidir retornar à Venezuela, fenômeno que vem sendo registrado desde o final de 2019 e com maior ênfase desde março de 2020, quando a pandemia foi declarada. Desde então, um número crescente de venezuelanos retornou ao seu país de origem por diferentes meios, seja por meios próprios, fazendo longas caminhadas e transitando por rotas irregulares altamente perigosas, ou através do plano governamental *Vuelta a La Patria*, uma ponte aérea e marítima implementada pelas autoridades venezuelanas em 2018. Até dezembro de 2021, o Plano *Vuelta a la Patria* conseguiu a repatriação de 27.816 pessoas de 19 países em 159 voos e um traslado marítimo. Além disso, as estimativas de organizações independentes colocam que cerca de 300.000 pessoas retornaram voluntariamente ao país até agosto de 2021.

Considerações finais

Podemos dizer que os fenômenos de mobilidade humana registrados no Haiti e na Colômbia são de longa data e respondem a causas específicas como violência armada e desastres naturais, enquanto o deslocamento populacional da Venezuela para países da região é uma dinâmica recente que se deve à precariedade das condições de vida no país devido à política coercitiva que os Estados Unidos têm dirigido contra a economia do país e a campanha, promovida por administrações contrárias ao governo venezuelano, para promover a emigração

No caso dos dois primeiros, são fenômenos aos quais a mídia e os atores internacionais dedicam pouca atenção, mesmo quando os números e as condições de vida dessas pessoas revelam a necessidade de coordenação intergovernamental e ajuda humanitária de que necessitam para lidar com sua situação. Isso não é o que ocorre no terceiro caso, que foi instrumentalizado por fatores políticos para ganho econômico e para avançar uma agenda política da oposição e estratégica dos EUA para a “mudança de regime”.

Referências

Álvarez, Raquel (2004). La dinámica migratoria colombo-venezolana: evolución y perspectiva actual. *Geoenseñanza*, 9(2),191-202. ISSN: 1316-6077. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=36090205>

Argos (2021). “La movilidad humana en Venezuela, la emigración reciente”. Disponível em: <https://www.argosob.org/es/2021/04/la-movilidad-humana-en-venezuela-la-emigracion-reciente/>

Bernal, Gabriela (2014). “¿Por qué migrar? Algunos apuntes sobre las viejas y nuevas heridas de Haití”, *Cuadernos Migratorios* N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014. 67-82. Disponível em: <https://publications.iom.int/es/books/cuadernos-migratorios-ndeg6-la-migracion-haitiana-hacia-brasil-caracteristicas-oportunidades>

Bolton, Matthew (2011). “Human Security After State Collapse: Global Governance in Post-Earthquake Haiti”. LSE Global Governance Working Paper Series. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/32167/1/After%20State%20Collapse%20Haiti%20Glob%20Gov%20Paper%20Revisedx.pdf>

Ceja, Iréri (2015). “Migraciones haitianas en la región andina”, Boletín No. 19, 2-13. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6772/1/BFLACSO-AM19-01-Ceja.pdf>

Comisión de la Verdad de Colombia (2022). “Hallazgos y recomendaciones”, en *Hay futuro si hay verdad*. Informe Final. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/hallazgos-y-recomendaciones-de-la-comision-de-la-verdad-de-colombia>

Cruz, Ricardo (2021). “Viajes inconcebibles: los haitianos, el Tapón del Darién y un sueño americano con visos de pesadilla mortal”. Disponível em: <https://www.connectas.org/analisis/migrantes-haitianos-tapon-del-darien/>

EFE (2021). “La reforma migratoria de Reagan cumple 35 años sin un reemplazo a la vista”. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/usa/inmigracion/la-reforma-migratoria-de-reagan-cumple-35-anos-sin-un-reemplazo-a-vista/50000098-4669123>

France 24 (2022). “República Dominicana empieza a levantar un muro en la frontera con Haití”. Disponível em: <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20220220-rep%C3%BAblica-dominicana-empieza-a-levantar-un-muro-en-la-frontera-con-hait%C3%AD>

Indepaz (2021). “Balance en cifras de la violencia en los territorios”. Disponível em: <https://indepaz.org.co/wp-content/uploads/2021/12/5-anos-del-acuerdo-de-paz-1.pdf>

Merola, Felipe (2022). “La migración haitiana baja la presión en las fronteras americanas tras un 2021 récord”. Disponível em: <https://www.unav.edu/web/global-affairs/la-migracion-haitiana-baja-la-presion-en-las-fronteras-americanas-tras-un-2021-de-record>

Mora, Luis; Cornieles, Cristóbal; Hernández, Lucrecia (2020). *Algunas hipótesis sobre los factores que inciden en la emigración venezolana*. Disponível em: <https://sures.org.ve/wp-content/uploads/2020/03/ALGUNAS-HIP%C3%93TESIS-2020-1-1.pdf>

OIM (2011). “Informe sobre las migraciones en el mundo 2011”. Disponible em: <https://publications.iom.int/es/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2011>

ONU (2022). “Una nueva plataforma protegerá la salud de los migrantes en las Américas”. Disponible em: <https://news.un.org/es/story/2022/05/1508862#:~:text=En%202022%2C%20el%20n%C3%BAmero%20de,llegando%20a%20los%2015%20millones.>

Reforma (2022). “Dejó 450 mil muertos conflicto colombiano”. Disponible em: <https://lucersdelsiglo.com/2022/06/30/dejo-450-mil-muertos-conflicto-colombiano-internacional/>

Sures (2022). “Situación de las personas migrantes venezolanas en América Latina”, en *Ida y vuelta. Boletín sobre el proceso de migración venezolano*. Disponible em: <https://sures.org.ve/wp-content/uploads/2022/05/Ida-y-vuelta-N.5.pdf>

Entrevista a Iber Mamani

A luta contra o Decreto 70/17 na Argentina

Por Fernando Vicente Prieto²⁹

“A luta contra o decreto de Macri aumentou a organização migrante”

Iber Mamani é de nacionalidade boliviana, mas vive na Argentina desde muito jovem. Atualmente vive em La Matanza, o maior bairro da populosa “Grande Buenos Aires”, aquele cinturão de treze mil quilômetros quadrados e mais de dez milhões de pessoas que circunda a cidade de Buenos Aires. “É muito difícil para mim me apresentar como migrante, minhas raízes são aimarás”, diz Iber. “As circunstâncias da vida me levaram a militar na questão dos migrantes.”

Em 23 de janeiro de 2015, seu amigo Franco Zárate foi assassinado no bairro Mataderos, em Buenos Aires, em um episódio de racismo e xenofobia. Franco, de nacionalidade argentina e família boliviana, foi fazer compras em um quiosque com o pai e um primo. Após uma discussão sobre o preço de um produto, o funcionário do quiosque sacou uma arma e matou Franco, gritando “boliviano de merda”. Mais tarde, o assassino – chamado Gualberto Pelagio Ximenez, conhecido no bairro como “Beto” – apresentou uma queixa por tentativa de roubo. Em vez de fazer a denúncia pelo assassinato, a polícia levou o pai e o primo do hospital para a cadeia, acusados da suposta tentativa de roubo que nunca existiu.

Esta situação mobilizou Iber. Começou a promover mobilizações e atividades exigindo justiça. “Isso me levou a conhecer vários casos semelhantes ao de Franco: xenofobia, racismo, a ponto de chegar precisamente à morte. Isso fez com que eu começasse a me envolver cada vez mais na luta migrante”. A partir daí, participou ativamente das mobilizações contra o Decreto de Necessidade e Urgência 70/17 assinado pelo então presidente Mauricio Macri, que buscava agilizar a deportação de pessoas acusadas de crimes, ainda que não condenadas.

O decreto, também questionado por organizações como o Comitê para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes da ONU, foi finalmente revogado em março de 2021, já no novo governo argentino. O eixo da conversa foi o processo organizacional que se desenvolveu em torno dessa situação e sua visão da situação atual.

²⁹ Jornalista e editor em temas de política internacional. Integrante do OBSAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Como você vivenciou o processo de organização migrante na rejeição do Decreto Macri 70/17? Que balanço você faz dessa luta?

A partir do início do governo Macri, em 2015, foi implementada uma política contra os setores populares, criminalizando os protestos, as atividades dos trabalhadores da economia popular e as lutas sociais. E dentro desse combo também estavam as comunidades migrantes. Foi um golpe muito duro para todo o povo, em relação a direitos e conquistas. Foi em 2017 que Macri aplicou o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) 70/17, utilizando estratégias legais, em coordenação com a Direção de Migração, para a expulsão de migrantes, acelerando os processos e também, obviamente, aproveitando a situação para usar o migrante como bode expiatório, responsabilizando-o pela falta de trabalho, pela insegurança e pelo fato de os recursos do Estado serem direcionados aos migrantes. Então, com todo esse tipo de estratégia que o governo Macri usou, tentando criminalizar todo o grupo migrante, é aí que muitos espaços migratórios começam a surgir. Para mim, isso foi interessante.

A maior população migrante na história na Argentina foi após a Segunda Guerra Mundial. Havia uma população migrante de 35%. A maioria deles obviamente veio fugindo das guerras e da Europa. Hoje na Argentina, com dados de 2010 – há um novo censo, mas ainda não temos todos os resultados –, a população migrante é de apenas 4,9%. Ou seja, a população migrante é muito pequena em relação ao último grande fluxo, ocorrido na década de 1940.

A partir disso, entende-se que sendo minoria não temos bancada política, digamos, porque os partidos políticos também de alguma forma fazem certos cálculos, certo? Eles veem onde há votos, onde pensar ou gerar discursos e políticas, então em um contexto onde a Argentina passava por uma crise como resultado das ações do governo, havia uma inquietação social diante da qual o governo não hesitou para vender uma cortina de fumaça: “Che, vamos virar o problema para outro lado”. Então, por exemplo, a falta de trabalho não foi porque as PMEs fecharam por causa da decisão do governo de abrir às importações, por causa do “livre comércio”: o governo não vai dizer que foi sua responsabilidade por uma má decisão, mas diz que “não há trabalho porque os migrantes pegam o trabalho”, “não há trabalho porque os migrantes roubam o trabalho, porque ganham menos, então isso significa que um argentino não pode ter acesso a esse trabalho”. Ou que há um grande orçamento para a educação dos migrantes. Lembro-me de que Macri havia dito que as universidades estavam cheias de migrantes. E sem falar na questão do crime, da insegurança.

Quando há insegurança, o bode expiatório também é sempre procurado e, de fato, há políticos como Pichetto que continuam a repetir³⁰ até hoje. Eles tentam associar o crime, o tráfico de drogas, com a migração. E às vezes eles também fazem isso para fins políticos. Eles claramente sempre visam certos países que de alguma forma têm um certo impacto. Eles sempre destacam a Bolívia porque Macri claramente tinha uma posição para atingir o governo boliviano de Evo Morales.

Então, esses tipos de discursos são de alguma forma apoiados pela mídia de massa, então isso gera bom senso na população, né? Um homem que chega do trabalho liga o Canal 13 e ouve esse tipo de discurso, essa cortina de fumaça que o governo vende... É por isso que as pessoas ficam

³⁰ Refere-se a Miguel Ángel Pichetto, líder político argentino com extensa carreira. Por décadas, líder do peronismo – movimento com o qual se tornou senador nacional, entre outros cargos –, em 2019 deu o salto para a coalizão de direita Juntos pela Mudança e acompanhou Mauricio Macri nas eleições presidenciais de outubro daquele ano, como candidato a vice-presidente. A chapa Macri-Pichetto perdeu no primeiro turno para a coalizão Frente de Todos, que levou Alberto Fernández como presidente e Cristina Fernández de Kirchner como vice.

cegas. Elas acreditam nesse discurso e depois dizem “claro, o problema são os migrantes” e acho que todos sabemos o que os discursos fascistas, racistas, xenófobos provocaram. Eles são muito perigosos e claramente é isso que vivemos de 2015 a 2019 com o governo Macri.

Foi uma situação muito complicada, a ponto de ter que conter sobrinhos, parentes que no trabalho ou na escola ouviam que, por causa deles, não tinha isso ou aquilo. Sem falar na violação dos direitos humanos. Quantos casos existem? Por exemplo, lembro-me de uma compatriota peruana que havia cumprido pena. Mesmo assim, abriram o caso e aceleraram um processo rápido. Eles a expulsaram. Eles não discutiram o porquê, simplesmente a expulsaram, desmembrando sua família. Boa parte da família dela ficou aqui, ela foi com o caçula para o Peru, uma situação muito louca. De fato, as organizações internacionais de direitos humanos enfatizaram que a aplicação deste decreto estava violando os direitos humanos. A verdade é que muitos migrantes são levados a se esconder ou, em outras situações, a combater. No meu caso foi isso, sair para expor todas essas coisas. E também foi difícil para nós podermos encorajar as pessoas, porque, é claro, como um deles me disse: “Sim, eu vou fazer uma marcha, porque eu concordo com o que eles estão fazendo, mas se eles me pegarem e inventarem uma contravenção e, com base nisso, uma causa, me expulsam”.

As pessoas andavam com medo e foi uma situação muito fodida que a gente viveu, mas, repito, acho que isso também nos ajudou muito a poder buscar estratégias, formas de militar. Fizemos muitos movimentos para nos tornarmos visíveis, para podermos argumentar também nos poucos meios de comunicação que tínhamos. Alguns meios de comunicação nos deram pouco tempo ou nos tiraram do contexto. Eles nem nos deram a oportunidade de realmente argumentar que o que a mídia de massa estava vendendo, o que os políticos amigos de Macri estavam vendendo, eram todos discursos falsos. Porque se for verificar as informações, os dados, partindo do fato de que apenas 5% é uma população migrante, então não há como justificar que o problema da educação, o problema da falta de trabalho, o problema da situação socioeconômica se deve aos migrantes.

Antes de Macri aplicar o DNU já havia um boato de organizações de direitos humanos que nos informaram que estavam pensando em uma prisão para migrantes – um centro de detenção, disseram – que ficaria localizada no bairro Pompeya, na cidade de Buenos Aires. E lembro que com um grupo de jovens amigos de Franco e outros pequenos espaços que havíamos conhecido na militância decidimos agir e nos mobilizar para o local onde aquele centro de detenção ia abrir e éramos pouquíssimas pessoas, claramente estava começando a luta. E mais tarde, algum tempo depois, quando Macri aplicou o DNU 70/17 e começou a expulsar migrantes sem respeitar seus direitos, foi quando vários espaços migrantes começaram a ser ativados e posso dizer que a partir de hoje não sei mais quantas organizações migrantes existem. Antes lembro que contei nos dedos e hoje são muitas, em lugares diferentes. Acho que é algo positivo que foi gerado em um contexto tão complicado.

Como você vê a situação política do movimento? Em relação ao grau de organização, à articulação, ao grau de incidência política que tem.

Hoje existem muitas organizações de migrantes e acho que isso também nos ajudou a ter mais inserção nas organizações sociais, políticas e sindicais. Além de ter sido um contexto meio bagunçado, serviu justamente para começarmos a nos envolver mais com a política e hoje a incidência é claramente perceptível. Por exemplo, fiquei surpreso nas últimas eleições que havia

candidatos, seja como vereadores ou como membros da comunidade, que eram de comunidades migrantes. Além disso, na Capital Federal, devido à militância das organizações migrantes, foi possível obter o registro automático para votar, o que não existia.

Vejo cada vez mais atores em diferentes lugares, muitas organizações de migrantes já estão entendendo que não podemos lutar sozinhos como comunidades, a comunidade boliviana de lá, a comunidade peruana de lá. Não estamos entendendo que a luta é para uma só, que a luta pela terra, pelo trabalho, é para todos e, claramente, isso nos leva a nos envolver e fazer parte das organizações. Esse é o meu caso, sou membro do MTE e isso também me fez entender que uma grande parte da comunidade migrante trabalha informalmente. Por exemplo, no setor têxtil, 70% da produção têxtil é feita informalmente, e é feita principalmente por mãos de migrantes. Então, claramente, eu entendo que eu tenho que me envolver. Se quero que meus compatriotas da comunidade boliviana tenham cada vez mais direitos, tenho que me envolver e construir, fazer parte de um sindicato que possa de alguma forma organizar esses setores têxteis.

Então a reflexão que eu faço, e eu vejo que muitos compatriotas e irmãos de diferentes comunidades migrantes fazem, especialmente as comunidades paraguaia, peruana e boliviana, porque nós somos as maiores comunidades da Argentina até hoje. No último censo de 2010, a população paraguaia era 31% da população migrante, a comunidade boliviana era 15% e a comunidade peruana era 12%. Nesta última etapa houve um fluxo migratório de países como Equador, Venezuela, da América Central, da África; mas as comunidades boliviana, paraguaia e peruana continuam sendo as comunidades com maior peso, com maior participação política.

Como você vê a situação atual?

Infelizmente devo dizer que hoje vejo algo parecido com o momento do Decreto 70/17. Estamos em um contexto diferente, com um governo diferente, mas sinto que está brotando novamente esse tipo de discurso aporofóbico, de ódio aos pobres, que está circulando por diferentes políticos, incluindo líderes e figuras políticas da Frente de Todos. Ouve-se, por exemplo, sobre a questão dos planos sociais e como de alguma forma eles começam a envolver os pobres como se eles fossem a causa do problema. O problema são os pobres, não é o problema da dívida dos 45 bilhões deixados por Macri. Eu também acho que esse discurso vem porque há novos atores na política, uma direita muito mais selvagem, mais violenta, como é o caso de Milei³¹, que de alguma forma deslocou o discurso para um lado e claramente muitos setores políticos estão começando a aceitar. Porque é o jogo, certo? Porque está chegando uma fase eleitoral, então eles precisam acumular votos, eles precisam de alguma forma vender um discurso fácil e convincente.

Hoje então me preocupo porque se fala muito na questão dos planos sociais e quem conhece os trabalhadores da economia popular sabe realmente que os empregos existem, a função que eles cumprem. E dentro desses trabalhadores da economia popular somos uma grande parte, da comunidade migrante. A produção de frutas e legumes é produzida principalmente por mãos de migrantes. Já lhe tinha falado da indústria têxtil, para não falar da construção. Se você for ver um trabalho, por exemplo aqui em La Matanza, quem faz as calçadas, as ruas, são principalmente pessoas da comunidade migrante, que estão trabalhando nessas áreas. É muito lamentável

³¹ Ele se refere ao deputado Javier Milei, líder político de extrema-direita eleito para o Congresso em 2021 e que já anunciou que concorrerá às eleições presidenciais de 2023. Milei se identifica como “libertário” e defende a mercantilização máxima da vida. No plano internacional, é referenciado em figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro.

porque agora esse discurso de ódio fascista ressoa novamente, e acho que vamos ter que buscar novas estratégias para poder romper com esse discurso que estão começando a instalar.

Em nível continental, e também na Argentina – você estava falando de Milei –, parece que há um ressurgimento muito forte de grupos fascistas de extrema-direita, mas ao mesmo tempo há situações como a vitória de um esquerdista ou governo de centro-esquerda na Colômbia, que é algo inédito; Há também grandes expectativas sobre o que pode acontecer no Brasil em outubro com Lula e de alguma forma há um debate sobre a possibilidade de uma nova etapa política de integração latino-americana e caribenha. Como você vê essa possível etapa em termos de integração? E nesse cenário hipotético, qual deveria ser a política a ser promovida pelos governos numa perspectiva de integração?

A vitória na Colômbia, também no Peru e no Chile, países onde a direita já governava há muito tempo, é um sopro de esperança. Acho que é algo muito importante para a nossa região, para a Grande Pátria e, desse ponto de vista, considero muito positivo. Acredito que isso realmente vai nos dar uma certa volta para que os povos continuem conquistando muitos direitos e conquistas.

Por outro lado, mais focado na questão migrante, acredito que os governos da região deveriam trabalhar em suas próprias agendas, focando na soberania econômica e política dos povos e, obviamente, a questão migratória deve ser incluída nessa agenda. Muitas pessoas tiveram que migrar de seus países, seja pela situação econômica ou pelas consequências climáticas, perseguições políticas, golpes. Então eu acho importante que o problema migrante seja incluído nessa agenda, que seja trabalhada uma agenda para fortalecer as políticas conjuntas. Por exemplo, deve-se buscar mais facilidades para que as famílias tenham a possibilidade de obter seus documentos de identidade.

Casa do Povo Franco Zárate

“Sim, eu quero dizer uma coisa. No contexto da aplicação do DNU em 2017 abrimos um espaço cultural, que se chama Casa del Pueblo Franco Zárate”, conta Iber Mamani. A conversa sobre a luta dos migrantes na Argentina estava se encerrando e a última pergunta foi se ele queria tocar em algum assunto sobre o qual não havia sido perguntado. Iber quis passar do balanço geral ao exemplo de um balanço pontual, mais concreto.

“Fizemos em homenagem ao meu amigo, com a ideia de poder ajudar a realizar os procedimentos de imigração, mas precisamente a necessidade fez com que começássemos a abordar mais áreas e hoje o espaço cresceu. Hoje temos um espaço de gênero que aborda esses problemas na comunidade migrante. Também há um espaço chamado pré-universitário, onde estamos ajudando os meninos e meninas do bairro que querem estudar na universidade. Há momentos em que é complicado. Por exemplo, para cursos de entrada nem todos nós temos as mesmas possibilidades. A educação não é a mesma, infelizmente, para todos e é por isso que abrimos este espaço. Em coordenação com professores universitários, a formação é dada aos jovens. Temos também um espaço cultural, com oficinas de idiomas: aimará e quéchua. E bem, tudo que é relacionado à violência institucional, focado mais em um espaço de direitos humanos. Isso apenas para dizer a eles e para que saibam que do nosso lugar humilde também tentamos ajudar a fortalecer os direitos das pessoas”.

A Casa del Pueblo Franco Zárate está localizada em Villa Celina, distrito de La Matanza. Você pode ver algumas de suas atividades e contatá-los através da página do Facebook da [Consultoría Migrante “Casa del Pueblo”](#).

Referências

Gobierno de la República Argentina (2017). Decreto 70/17. Recuperado de http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/residencias/Decreto_70-2017.pdf (Acessado em: 21 de junho de 2022)

Gobierno de la República Argentina (2021). Naciones Unidas celebró la derogación del DNU 70/17 que violaba los derechos de las personas migrantes. Recuperado de <https://www.argentina.gob.ar/noticias/naciones-unidas-celebro-la-derogacion-del-dnu-7017-que-violaba-los-derechos-de-las-personas> (Acessado em: 23 de junho de 2022)

Rho, María Gabriela (2020). De las luchas por una nueva ley de migraciones al Paro Migrante: Nuevas configuraciones de las luchas migrantes en Argentina; Centro Scalabriniano de Estudios Migratórios; REMHU; 28; 58; 4-2020; 127-145. Recuperado de <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/130829> (Acessado em: 21 de junho de 2022)

Considerações finais


Como pudemos constatar, os artigos presentes neste caderno procuraram contribuir para a reflexão e análise de um dos problemas mais prementes do nosso presente. A complexidade da questão migratória, não só em nosso continente, mas em todo o mundo, deve-se a um nó de debates, dominações, opressões e resistências que cada um dos autores tem tentado desvendar: a relação entre capitalismo e dinâmica migratória, o aspecto colonial e neocolonial do intervencionismo nos países do Sul pelas potências europeias e pelos Estados Unidos, as novas e velhas faces do imperialismo que estão contidas nas políticas anti-migratórias dos países do Norte global.

Vimos também como o aprofundamento das desigualdades entre as economias “centrais” e “periféricas” – aumentadas pela pandemia da Covid-19 e as consequências da guerra na Ucrânia – juntamente com os efeitos destrutivos da crise da civilização – crise ambiental, fome, desemprego, pobreza, aumento da violência social – a que o capitalismo neoliberal está nos levando, aprofundaram as relações de dependência dos países do Sul global e obrigam milhares de pessoas a migrar para outros territórios. Estudos acadêmicos recentes, bem como os debates e as lutas das militâncias, destacaram a maior presença das mulheres e da diversidade sexual nas migrações contemporâneas, invisibilizadas há muitos anos. Isso não se reduz apenas à presença de um maior número de mulheres migrantes, mas também ao lugar que elas ocupam no mercado de trabalho, particularmente no trabalho de cuidado. Dessa forma, conceitos como a feminização da migração e a cadeia global do cuidado são essenciais para compreender a migração contemporânea.

Também foram observadas as modalidades em que se expressaram as dinâmicas migratórias mais importantes do continente nos últimos anos: colombiana, haitiana e venezuelana. Três casos que, com suas peculiaridades, são efeitos do intervencionismo estadunidense e/ou das políticas neoliberais impostas às suas populações, como é o caso da Colômbia. O cerco permanente ao Haiti e as medidas coercitivas unilaterais contra a revolução bolivariana na Venezuela, por parte das diferentes administrações norte-americanas, atestam isso. Mas, como sabemos, onde há poder, há resistência. Assim, ao longo do caderno, percebemos também os diferentes processos de luta dos movimentos migrantes: um dos mais emblemáticos são as caravanas de migrantes centro-americanos, que foram organizadas como forma de enfrentar as políticas de segurança norte-americanas, mexicanas e dos países do Triângulo Norte, ao mesmo tempo em que expõe a hipocrisia com que os Estados Unidos tratam a agenda migratória com os países da região. Por fim, mostramos uma experiência concreta de luta migrante, onde participam diferentes comunidades sul-americanas, contra uma das políticas anti-migratórias do macrismo na Argentina, e que mostra o quanto as lógicas securitárias, restritivas e expulsivas são importadas e assimiladas pelos governos latino-americanos.

É imperativo construir novos paradigmas de políticas migratórias que desloquem a lógica de segurança imposta pelas potências imperialistas. É essencial reconhecer o direito de migrar, a livre mobilidade humana, a pertença a um território além do local de nascimento e a cidadania plena que deve ser garantida pelos Estados nacionais. Além disso, é preciso construir uma articulação regional que possa dar respostas aos problemas migratórios do presente e que construa uma agenda política com autonomia das receitas e dos mandatos dirigidos por Washington. Da

mesma forma, a discussão sobre um novo modelo de produção e de vida, que seja sustentável e acabe com a fome e a pobreza dos povos, é essencial para que as pessoas possam permanecer em seus países se assim o desejarem e não serem obrigadas a migrar. Tudo isso deve ser feito com o protagonismo dos migrantes, que por força da solidariedade, luta, resistência e organização enfrentam os muros físicos e invisíveis do capitalismo neoliberal.

 @tricontinental_ar
@tricontinental_br

 thetricontinental

 @tricon_es

 otricontinental.org

